



A TERRA ESCAPA DO JOVEM RURAL

— Páginas centrais —

**NOVO MERCADO
PARA A SOJA:
O FUTURO**

— Páginas 16 e 17 —

**COOPERATIVAS
DERROTAM
OS USINEIROS**

— Página 3 —

**PAI PATRÃO:
A COLÔNIA EM
PÉ DE GUERRA**

— Páginas 4 e 5 —

COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre - Caixa Postal 111
IJUI - RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-Presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Supirentendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues
Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswal-
do Olmiro Meotti, Werner Ervin Wag-
ner e Eduardo Augusto de Menezes.

Conselheiros (Efetivos):

Alberto Sabo, Alfredo Driemeyer,
Hugo Lino Costa Beber, Pedro Biza-
rello, Flávio Sperotto e Reinhold
Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes):

Antonio Primo, Italvino Sperotto,
Herbert Hintz, Carlos Krüger, Amaury
Marcks e Renaleto Fontana.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Bruno Eisele, Antônio Cândido da
Silva Netto, Olympio Belline.

Conselho Fiscal (Suplentes):

José Cláudio Koehler, Leonides Dal-
labrida, Telmo Rovero Ros.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigido ao qua-
dro social, autoridades, universidades
e técnicos do setor, no país e exterior.
Nossa tiragem, 17.000 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOÇOOP
Associação dos Assinantes e Servidores de Cooperativas

EXPEDIENTE:

Redação e Administração

Rua Tiradentes 449,

Caixa Postal 111

IJUI - RS

TELEFONE: 332-1574

Registrado no Cartório de Títulos e
Documentos do município de Ijuí,
sob n. 9. Certificado de marca de
propriedade industrial M/C11 n.
022.775 de 13.11.1973 e figurativa
M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes

Manoel Canabarro

Valmir Beck da Rosa

Composto no JORNAL DA MANHÃ,
Ijuí, e impresso em rotativa off-set
no DIÁRIO SERRANO - Cruz Alta.

Ao leitor

A última hora, quando o Cotrijornal de março já estava quase pronto, chegou a boa notícia: o Governo resolveu tirar do Congresso o Projeto de Lei 5.727, que autorizava a criação de cooperativas de usineiros e abria um precedente gravíssimo para todo o sistema cooperativista.

Foi possível, assim, reunir as opiniões de alguns líderes cooperativistas e publicar toda a história do Projeto de Lei que quase deitou por terra os muitos anos de trabalho dos milhares de produtores cooperativistas do Brasil. Você vai ficar sabendo direito de toda a luta e vitória cooperativistas, lendo a matéria da página 3.

A grande lição que as Cooperativas tiraram de tudo isso, inegavelmente, foi com relação à sua própria força. Unidas, falando a mesma linguagem de norte a sul, elas provaram que são capazes e que têm força para conseguir algumas vitórias.

— § —

A alienação da juventude é considerada um fenômeno típico dos anos 60 e 70, uma era de grandes avanços e recessões econômicas; anos de repressão social e política, onde qualquer manifestação, normalmente, vem sendo rechaçada pela força; da construção de um mundo onde eles não conseguem se situar.

E neste processo todo, onde se encontra hoje o pessoal que vive nas zonas rurais? Pois esta juventude também procura caminhos e definições, reunindo-se em grupos no interior, numa tentativa de conseguir a participação e conscientização de outros jovens. Mas não é fácil, eles concluem numa mesa redonda com o Cotrijornal, onde também colocam todas suas dúvidas quanto ao futuro e fazem críticas a esta situação que não foram eles que criaram. Está faltando a terra, que eles vêem fugir de suas mãos, mas não conseguem segurar, e também toda uma preparação para assumir outra atividade desvinculada da agricultura.

Do leitor

COOPERATIVAS DE EMPRESAS

Venho por meio desta levar a minha ajuda e solidariedade na luta contra a aprovação da Lei 5.727, de autoria do nosso *todo-poderoso* Executivo, que autoriza a criação das cooperativas de produtores de açúcar e derivados.

Alexandre Duarte Dallapicola
Porto Alegre - RS

JUVENTUDE RURAL

Sou Técnico Agrícola e desempenho a função de Instrutor da Febem no Centro de Atendimento ao Menor e Profissionalização Rural - Campru, sediado em Soledade. Dou destaque todo especial ao Cotrijornal, que traz informações e experiências sempre válidas e muito úteis aos seus amigos agricultores. O nosso trabalho é única e exclusivamente de informações, pois procuramos dar aos jovens rurais condições de usarem corretamente a técnica em seus trabalhos.

Renato José Klafke
Soledade - RS

MEIO AGRÍCOLA

Solicito por meio desta o seu jornal cooperativo. Acho este meio de comunicação muito perfeito no meio agrícola, pois já tive o prazer de ler alguns exemplares e achei muito interessante. Gostaria de receber mensalmente este jornal,

Miguel Boniatti
Humaitá - RS

AGRICULTOR E ESTUDANTE

Sou agricultor e estudante de Agronomia, e solicito a fineza que V. Sa. se digne a fornecer-me uma assinatura deste jornal, tendo em vista a grande utilidade que o mesmo oferece no meio em que labuto.

Ary Gonçalves Filho
Pelotas - RS

WALDIR WALTER

Solicito o exemplar do jornal que publicou reportagem sobre o projeto cooperativismo. Saudações

Deputado Walter
Brasília - DF

ESTUDIOSO DO COOPERATIVISMO

Como professor de Comunicação Social aprecio bem a magnitude desta imprensa independente que tem sido o exemplo mais salutar para a criação de outros jornais de Cooperativas por este Brasil afora. Mas é como estudioso e pesquisador do Cooperativismo que reconheço a força maior do Cotrijornal. Considero uma inovação brilhante o encarte Caderno de Cooperativismo. Ele vai além das especificidades regionais dedicadas ao leitor associado e atende melhor às necessidades de informações e análises de todo os cooperativistas. O momento não podia ser mais oportuno pois o espectro da malfadada Copersucar, que continua denegrindo o cooperativismo junto a cidadãos menos informados, aparece como o espírito do projeto 5.727.

Ricardo Prata
Belo Horizonte - MG

NR - Agradecemos os elogios ao Cotrijornal e Caderno de Cooperativismo, por serem de nossa autoria. Os elogios devem ser enviados à Coojorna - Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, que é a autora do Caderno.

OS USINEIROS PERDERAM

O sistema cooperativista brasileiro ganhou sua batalha contra os usineiros: foi retirado do Congresso Nacional o Projeto de Lei 5.727, de autoria do Governo Federal, que permitiria a formação de cooperativas dos produtores de açúcar e seus derivados. Apenas sete pessoas jurídicas (empresas) já poderiam fundar uma cooperativa, quando pela lei do Cooperativismo é exigida a participação de pelo menos 20 pessoas físicas.

Depois do protesto nacional levantado pelo verdadeiro cooperativismo contra a aprovação do projeto — que se manifestou das mais diversas formas, desde cartas e vistas, até a pressão direta sobre ministros, deputados e senadores — não houve outro jeito: primeiro o Executivo retirou o regime de urgência (que obrigava a votação do projeto até 22 de março) e, agora, acabou com ele.

O próprio ministro da agricultura, o recém-empossado Antônio Delfim Netto, prometeu ao presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), José Antônio Alkmin, que iria tentar a eliminação do Projeto. Dizia estar preocupado com o pequeno espaço de tempo — mesmo sendo antes retirado do regime de urgência — que os deputados e senadores teriam para analisá-lo adequadamente.

PRESSÃO

Não dá para negar também que a pressão exercida pelas cooperativas foi considerável.

O movimento de críticas ao projeto correu o Brasil de Norte a Sul, programando inclusive a realização de uma Assembléia Geral em Brasília, no final de março, onde seriam feitas manifestações contra a sua aprovação. Mas isso não foi nem necessário. A repercussão negativa aos interesses dos usineiros já era grande que chega.

Não se sabe ao certo a reação dos usineiros. Mas muito faceiros não devem estar. Por isso não se pode pensar que a guerra que já foi declarada contra nós está realmente ganha. Os grandes grupos econômicos podem voltar a pressionar na área dos ministérios da Agricultura e da Indústria e Comércio — por quem fora enviado o parecer favorável ao projeto pelos então ministros Allysso Paulinelli e Calmon de Sá — no Instituto do Açúcar e do Alcool e aonde mais encontrarem brechas para agir.

FORAS DA LEI

Desde 1971, quando entrou em vigor a Lei do Cooperativismo Brasileiro (nº 5.764) que as Cooperativas de Produtores de Açúcar e de Alcool estão fora do sistema. São consideradas nada mais que grupos econômicos e, por isso, não incluídas entre as cooperativas verdadeiras. Nestes últimos oito anos, porém, elas tentam, sob todas as formas, alterar a lei cooperativista. E, desta vez, quase conseguiram.

Além da Copersucar, para o lado de quem se dirigem as

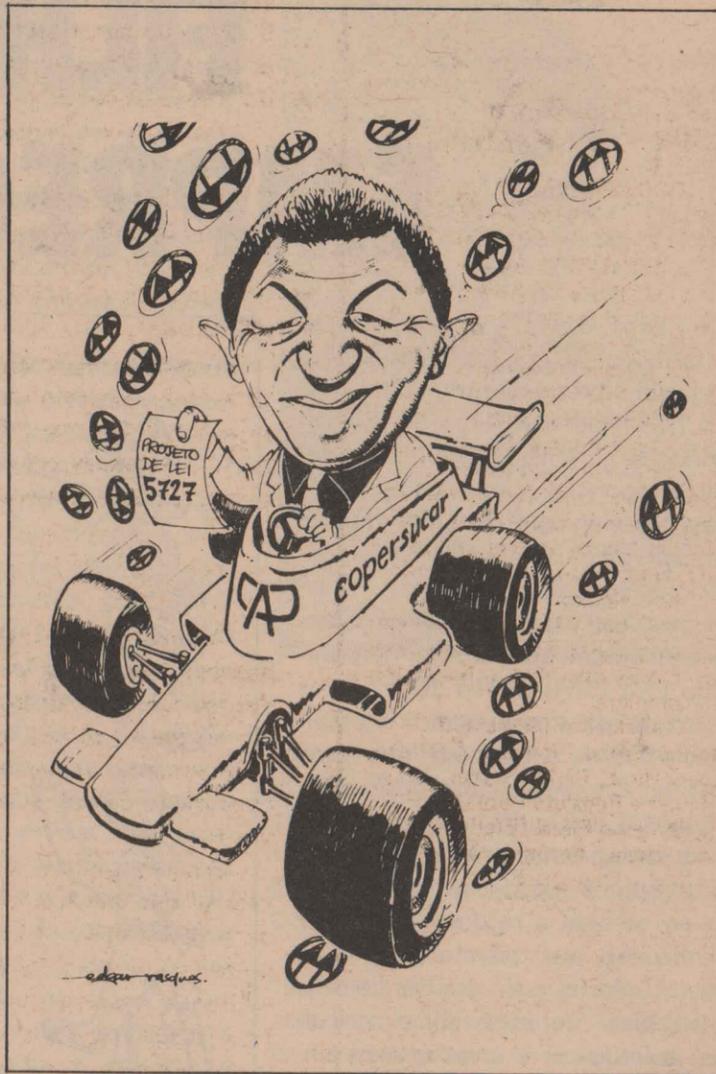
primeiras críticas, há ainda outros cinco grupos interessados na aprovação do projeto: a Coperflu, do Rio de Janeiro; a Copaminas, de Minas Gerais; a Copalagoas, de Alagoas; a Copapernambuco, de Pernambuco; e a Canaúcar, de São Paulo. Todas estas empresas são formadas por grandes indústrias e usinas de açúcar, e não por produtores de cana, como deveria ser para que merecessem o nome de Cooperativas.

E só para ver a força que elas têm. Um exemplo é a Copersucar, a maior delas (a mesma que financia as corridas de Fórmula-1 do brasileiro Emerson Fittipaldi): ano passado, seu faturamento líquido foi de 15 bilhões de cruzeiros, sendo classificada em 17º lugar entre as maiores empresas do País em vendas líquidas.

INTERESSES

Mas e por que estas empresas fazem tanta questão de entrar no sistema Cooperativista? Muito simples. Como cooperativas elas estariam isentas do pagamento de Imposto de Renda (que é pago diretamente pelos associados) e do Imposto Sobre Operações Financeiras. Além disso, por serem usineiros, esses grupos ainda dispõem de linhas de crédito especiais, através do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Neste primeiro momento os interesses do cooperativismo real gritaram mais alto. Ou como diz Arnaldo Drews, vice-presidente da Cotrijuf: "foi a



consciência de que o produtor cooperativado estava sendo marginalizado pela lei". Isso parece reafirmar também que o Governo estaria sensível à idéia de que o cooperativismo poderia ajudar em muito a resolver os problemas ligados à agricultura.

Ameaçado num momento

de crise o movimento se armou e partiu para a luta. Foi até uma maneira de unir mais o Cooperativismo nacional, que como Arnaldo Drews pensa, deve agora partir para um amadurecimento maior e uma conseqüente consolidação, procurando beneficiar ainda mais o associado dentro do sistema.

Coopermalte

A PERSISTÊNCIA DEU CERTO

Com dois anos de existência, a Cooperativa Central da Cevada e do Malte (Coopermalte) ainda não tinha funcionado. Formada por 10 Cooperativas de produtores gaúchos, já com terreno certo e garantido em Carazinho, a Coopermalte não saía do papel porque, simplesmente, o Governo não liberava o financiamento solicitado ao Banco do Brasil, desde agosto de 1978. O financiamento só saiu agora.

A história é mais ou menos assim: certa vez, o ex-presidente Geisel, em discurso, pediu aos produtores brasileiros que conseguissem para o país a autosuficiência na produção de malte e cevada, produtos com os quais o Brasil gastou, no ano passado, 90 milhões de dólares. Acontece que o consumo de

cerveja cresce, todos os anos, em 12,5 por cento, e a produção nacional, por enquanto, não dá nem para garantir 20 por cento das 250 mil toneladas consumidas por ano, especialmente pelas cervejarias.

Diante do pedido do presidente, os produtores gaúchos resolveram enfrentar o desafio e, reunidas 10 cooperativas, foi criada a Coopermalte. Isso, no dia 3 de fevereiro de 1977, há mais de dois anos, portanto.

A Coopermalte recebeu da comunidade de Carazinho um terreno de 20 hectares, para ali construir sua sede. E o governo estadual gastou Cr\$ 5 milhões só nas obras de terraplenagem para a maltaria.

EMPERROU

Com esse início tranquilo os produtores associados à

Coopermalte já tinham começado a pensar nos bons dias que viriam. Afinal, além de ser uma excelente opção de diversificação, o cultivo da cevada serviria para ocupar uma área de 150 mil hectares dos mais de 1 milhão e 300 mil hectares que ficam desocupados no inverno.

Tudo feito nos conformes, recebida com entusiasmo pelos cooperativistas e pelas autoridades, em agosto de 78, a Coopermalte ingressou com um pedido de financiamento junto ao Banco Central. E foi aí que a coisa começou a emperrar.

Acontece que o Banco só queria dar um financiamento cujos juros chegariam a 28,1 por cento ao ano. E isso, certamente, tornaria a nova Central

inviável, do ponto de vista financeiro.

De agosto até dezembro de 78, a situação não mudou nada. De um lado, os produtores e as cooperativas integrantes da Coopermalte insistindo, por todos os meios, para que o financiamento fosse liberado. E, do outro lado, o Banco Central, que não arredava pé da sua posição inicial. E começou-se a pensar, inclusive, que a Central estava destinada a morrer ali mesmo, no nascedouro.

SURPRESA

Em dezembro do ano passado, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, na cidade de Carazinho, os membros da Coopermalte estiveram a um passo de liquidar com toda a história. Mas, na última hora, resolveram pressionar um pou-

co mais.

Desde aquele dia, 29 de dezembro, a Coopermalte entrou em Assembléia Permanente e, ali mesmo, seus dirigentes telefonaram para o ex-ministro da Indústria e Comércio, Calmon de Sá, em Brasília.

Em meados de março, depois de quase 70 dias em Assembléia Permanente, chegou a grande notícia, anunciada por Elias Marchese, diretor executivo da Coopermalte: o Governo finalmente tinha liberado o investimento, com juros inferiores àqueles determinados pelo Banco Central.

Uma conquista da força e persistência dos associados da Coopermalte que, ao completar dois anos, finalmente vai começar a caminhar com as próprias pernas.

CONFUSÃO NO CAMPO: FILHO VAI SER EMPREGADO DO PAI

"Olha, dá vontade até de chorar de tanta confusão", exclamou Carlos Karlinski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, referindo-se ao emaranhado de leis, decretos, portarias, circulares e instruções especiais que regulam hoje o enquadramento sindical e previdenciário do agricultor brasileiro.

Karlinski tentava explicar o novo enquadramento sindical, determinado pela Circular 113 do Pré-lapas (Instituto de Aposentadoria e Previdência Social), a famosa lei que torna "o filho empregado do próprio pai", e que está causando grande confusão entre os agricultores. Acontece que para explicar a lei, é necessário voltar ao passado e reconstruir, lei por lei, decreto por decreto, toda a legislação. Por que só assim se percebe a tentativa "de confundir o agricultor, enfraquecer e esvaziar mais ainda os próprios Sindicatos de Trabalhadores Rurais", como denuncia o presidente do STR de Ijuí.

De fato, só é possível entender um pouco de toda a confusão se voltarmos atrás, verificando como é que as coisas aconteciam antigamente e de que maneira chegamos à atual legislação.

"Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais nasceram, todos, com a Portaria 71, em fevereiro de 1965, que dizia mais ou menos o seguinte: empregador rural é aquele que tem empregados. Trabalhador Rural é aquele que trabalha com a família em regime de economia familiar", lembra Carlinhos.

O MÓDULO RURAL

Foi nessa época, a partir de 65, que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais se desenvolveram, compraram sedes, cresceram. Até que, em 1969, surgiu o Decreto-Lei 789, que criava a figura do Módulo Rural, até então inexistente, para fins de enquadramento sindical.

"Aqui para a nossa região, onde as culturas temporárias (trigo e soja) são características", diz o presidente do STR de Ijuí, "o módulo rural foi estabelecido em 25 hectares. E o Decreto dizia que todo aquele que fosse proprietário de área maior do que o módulo, seria, para efeitos de enquadramento sindical, considerado empregador".



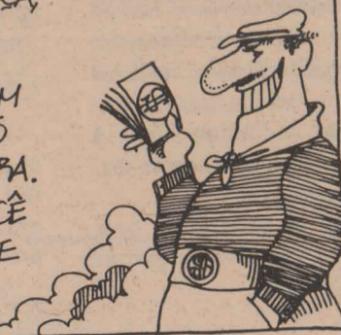
COMPADRE:
ESSE PROJETO DE LEI
SÓ VAI PIORAR AS COISAS
PROS PEQUENO.
VEJA SÓ; QUEM TEM 25 ha.
VAI TÊ DE ASSINAR CARTEIRA
PROS FILHO MAIOR DE
18 ANO.



AI, VAI ACONTECER O QUÊ?
O FILHO VAI EXIGIR DO
PAI A CARTEIRA ASSINADA.
O PAI NÃO TEM MEIO DE
ATENDÊ. VAI DÁ MUITA
BRIGA FEIA.
OS FILHO MAIS MOÇO INDO
EMBORA PRÁ CIDADE.



O PAI JÁ VELHO, SEM FORÇA,
NÃO VAI PODÊ CUIDAR DE
TUDO.
ESTE PROJETO SÓ É BOM
PROS GRANDE QUE VÃO
PODÊ COMPRAR MAIS TERRA.
- PRÁ ISTO NÃO ACONTECÊ
OS PEQUENO TEM QUE SE
UNI E LUTAR CONTRA
ESSE PROJETO!



BATISTON

Ou seja, quem tivesse de 26 hectares para cima, mesmo que trabalhasse só com a família, sem empregados, era considerado empregador, e sua contribuição sindical destinada à Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), entidade patronal.

Dois anos depois, em 71, veio outro Decreto-Lei, desta vez o de número 1166, que introduzia de novo apenas uma palavrinha, mas que, na prática, iria transformar completamente a situação. O DL 1166 dizia que, a partir daquela data, quem tivesse área igual ou superior ao Módulo, passava à categoria de empregador e sua contribuição seria recolhida aos cofres da Farsul, e não da Fetag (Federação dos Trabalhadores

na Agricultura), como vinha sendo.

"Aqui cabe lembrar um ponto importante: como a colonização do Rio Grande, em muitas regiões do Estado, foi feita por imigrantes, ninguém deve esquecer que todos os colonos aqui chegados receberam das autoridades uma colônia de terras, precisamente 25 hectares", fala Karlinski. Quer dizer, todos os colonos, que geralmente trabalham apenas com a mão-de-obra familiar, passaram, então, automaticamente, à categoria de empregadores rurais, para efeitos de enquadramento sindical.

O mais engraçado de toda esta situação é que, como vimos, o DL 1166 considerava aquele que tivesse o módulo ou mais como empregador, e esse enquadramento era seguido

pelo Inbra. Mas, para efeitos de Previdência Social e Assistência, já não valia essa classificação. O colono poderia estar enquadrado como empregador (bastava ter 25 hectares ou mais) mas poderia ser sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e através do STR receber assistência médica e ter direito à Previdência Social. Uma situação que, por si só, já era difícil de entender.

A CONFUSÃO AUMENTOU

Vejam como a coisa é complicada: o dinheiro da contribuição sindical do colono ia para a Federação Patronal, dos empregadores. Mas ele podia ser sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e através dele tinha direito à Previdência Social. Pergunta-se: se o colono era associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, era porque, de fato, não tinha empregados, trabalhava em regime de economia familiar. Então, porque a sua contribuição sindical não ia para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura?

Mas a situação não ficou assim. Em 1975, com mais um Decreto-Lei, o nº 6260, é que a confusão aumentou bastante. Dizia o Decreto que a partir daquele momento estava criado o carnê do empregador rural, do Funrural, e que todos aqueles considerados empregadores rurais, segundo critério (?) estabelecido pelo Decreto anterior, o 1166, passariam também a descontar a taxa do Funrural — que antes, como associado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, não descontavam. O pior de tudo isso é que, segundo o DL 6260, quem não descontasse a taxa do Funrural não teria mais direito à assistência médica e previdenciária (aposentadoria).

Naquela vez, só para Ijuí, vieram 1 mil e 500 carnês de empregadores. E a coisa pegou fogo.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais não concordaram com a medida, achando-a injusta e irreal, e começaram a reclamar. E tanto reclamaram que o Funrural resolveu voltar atrás: recolheu os 1 mil e 500 carnês enviados. Passou um tempo, só voltaram 400 carnês para Ijuí. Ou seja, o Funrural só mandou carnês para os que de fato eram empregadores, tinham empregados tra-

balhando na sua propriedade.

"Assim", conta Carlinhos Karlinski, "1 mil e 100 agricultores escaparam da taxa do Funrural. Mas para efeitos de enquadramento sindical, continuaram contribuindo para a Farsul".

GRUPO ESPECIAL

A confusão e as reclamações eram tantas, que nem mais as autoridades se entendiam. E o Ministério do Trabalho criou, então, através da Portaria 3265, um grupo de trabalho para estudar a legislação e propor mudanças.

O grupo era formado por um representante do Ministério do Trabalho, um do Incra, um da Confederação Nacional da Agricultura (CNA, órgão patronal), e um representante da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

No dia 16 de agosto de 1976, o grupo deu por encerrado o seu trabalho, encaminhando ao Presidente da República, para aprovação, uma série de sugestões e alterações.

Dentre essas, as mais significativas eram aquelas em que o proprietário de área até um módulo (25 ha), seria considerado trabalhador. O que tivesse de um a dois módulos, poderia optar entre ser trabalhador ou empregador, desde que tivesse a concordância do Delegado Regional do Trabalho (representante do ministro no Estado). Quem tivesse propriedade entre dois e três módulos, também poderia optar. Só que, daí, precisaria da concordância das duas Federações, a Farsul e a Fetag, no caso do Rio Grande do Sul.

O grupo também sugeriu a extinção do condomínio. Quem tivesse área em condomínio, seria considerado trabalhador rural e passaria a ter escritura de sua terra, sem ter que depender dos outros componentes do condomínio. Não era o melhor, mas isso já iria resolver alguns problemas importantes vividos pelos agricultores.

PODER ECONÔMICO

"Infelizmente, esse documento, assinado por todos os membros do grupo de trabalho, não foi transformado em Lei pelo Presidente da Re-

pública. Parece que a força do poder econômico prevaleceu. A Confederação Nacional da Agricultura (órgão patronal), depois de ter assinado o documento, voltou atrás, dizendo que não concordava com as alterações propostas. E o documento até hoje não virou lei", diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí.

Em vez da Lei, o Presidente da República baixou outro Decreto, nº 82.935, de 26 de dezembro de 1978. Nesse Decreto, foi revogada a Instrução Especial nº 14, do Incra, que visava a redução do módulo rural (de 25, passaria a 20 hectares). E, no Decreto, o presidente não considerou a decisão do grupo com relação às mudanças no enquadramento sindical.

Aqui é melhor dar uma explicação mais detalhada sobre a tal Instrução Especial nº 14, do Incra. Ela visava reduzir ainda mais o módulo rural: de 25, ele passaria a 20 hectares. E aí, todo aquele que tivesse área igual ou superior a 20 hectares, passaria a ser considerado empregador e descontar sua contribuição sindical para a Farsul.

Mas felizmente, em função da grita dos Sindicatos dos Trabalhadores, o presidente resolveu anular isso.

UMA BOMBA

Finalmente, quando o pessoal dos sindicatos e os agricultores estavam pensando que a coisa tinha amansado e procuravam descansar a cabeça de todas essas leis — voltando-se para assuntos mais urgentes e importantes para os colonos —, veio mais uma, dessa vez quase uma bomba: a Circular 113, de janeiro de 1978, que dizia, nada mais nada menos, que todo o proprietário de área igual ou superior ao módulo (25 hectares) que tivesse filhos maiores de 18 anos trabalhando com ele, passava a ser empregador do filho, devendo assinar a Carteira Profissional, assumir os encargos trabalhistas e ainda descontar mais uma taxa para o Funrural — sem falar nos 2,5 por cento sobre a produção vendida que já são descontados anualmente.

Foi um Deus-nos-acuda. Carlos Karlinski é quem conta:

"Os sindicatos e a Federação, numa assembléia geral, tomaram po-

sição contrária às duas leis (a que rebaixava o módulo e a que torna o pai empregado do filho), e parece que esse movimento surtiu algum efeito, pois conseguimos que a Circular 113 fosse suspensa".

Mas como a lei foi só suspensa, podendo voltar a qualquer momento, os sindicatos resolveram continuar na luta. A Regional da Fetag em Caxias do Sul, após assembléia com os associados, resolveu coletar assinatura de todos os agricultores, contra a lei. E até agora já conseguiu 40 mil assinaturas.

"A nossa região também aderiu a esse movimento e praticamente todo o Estado está fazendo isso", revela Karlinski, para continuar:

"Em reunião da Regional, em Panambi, depois de fazermos uma avaliação e revisão das atividades, foi feito um planejamento para 1979. Nesse planejamento foram reunidos os problemas mais importantes sentidos pelos produtores e pelos sindicatos de trabalhadores. E a questão desse enquadramento sindical foi um dos problemas que a Regional resolveu atacar. Assim, no dia 3 de janeiro, em Ijuí, foram formados grupos que estão indo aos núcleos para debater o assunto e recolher assinaturas. E aqui eu gostaria de fazer um apelo aos agricultores: quando for o dia da reunião no seu núcleo para debater este assunto, é importante que levem a família, pois esse problema vai atingir em cheio a todos".

CONSEQUÊNCIAS

Entre as consequências mais graves da lei que enquadra o pai como patrão do filho, segundo Carlinhos Karlinski, está o fato de que, "muitas vezes, o pai não vai ter condições de contribuir como empregador rural e sem isso ele não vai ter a assistência da Previdência Social. Porque, além dos 2,5 por cento sobre a produção vendida, ele vai ter que descontar uma taxa anual cujo valor mínimo, hoje, deve andar por volta dos Cr\$ 2 mil".

"Uma outra consequência", lembra o dirigente sindical, "é que o pai vai passar a pertencer ao Sindicato dos Empregadores e o filho aos dos Trabalhadores. Então eu pergunto: se o filho, por exemplo, casar e



Karlinski: vontade de chorar

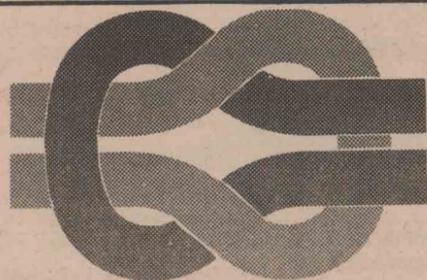
for para a cidade, como fica a situação do pai? Ele volta a ser trabalhador? E os sindicatos, o que é que fazem? Uma hora, ele vai pertencer à categoria dos empregadores: outra hora, ele vai pertencer à categoria dos trabalhadores".

Para Karlinski, "o problema fica mais sério ainda porque, com essa lei, o filho pode acionar o próprio pai perante a lei trabalhista. E isto vai trazer um desgaste muito grande para o Sindicato, porque a gente tem dúvidas sobre como orientar o próprio agricultor. Eu não sei porque se mistura enquadramento sindical e enquadramento previdenciário. No meu entender, uma coisa não tem nada a ver com a outra".

Outro aspecto negativo da Lei é que, caso ela volte a vigorar, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ficariam bastante enfraquecidos, pois iriam perder muitos associados. "Só aqui em Ijuí, o Sindicato perderia mais ou menos 900 associados", explica Karlinski.

Tudo isso, é claro, sem falar nos problemas familiares que a lei 113 pode trazer. Ou será que ninguém imaginou ainda como vai ser o ambiente em casa, caso pai é filho se envolvam numa disputa trabalhista?

Nosso lema: todos por todos.



COTRIJUI
— A FORÇA DA UNIÃO.

O PROJETO DA AMAZÔNIA GANHA NOVO INCENTIVO

Neste mês de março aconteceu muita coisa com a Cotrijuí. Cada dia apareciam mais novidades que tornavam até difícil informar o pessoal na mesma medida em que os fatos iam ocorrendo. Eram notícias sobre a Amazônia, sobre o Mato Grosso, sobre a Córriexport. Vamos então contar as coisas por partes. Na Amazônia a Cotrijuí recebeu do Incra a concessão de uso de uma Usina de Açúcar, uma Serraria e de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes. No Mato Grosso foram compradas as instalações de uma cooperativa de Dourados. Em relação à Cotriexport — uma das subsidiárias da Cotrijuí — há dois casos para comentar: a entrada do Banco Nacional de Crédito Cooperativo como sócio da empresa e a compra de um andar de um prédio da Cooban — Cooperativa de Consumo dos Bancários de Porto Alegre. Isso sem falar de um Seminário Central de Funcionários (veja na página 18) e a instalação de um caixa avançado do Banco do Brasil na sede da Cotrijuí, em Ijuí.

O contrato com o INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — terá a duração inicial de cinco anos, podendo ser prorrogado por mais cinco anos e assim sucessivamente. Através dele a Cotrijuí passa a industrializar a cana-de-açúcar produzida numa região vi-

zinha àquela onde está instalado seu Projeto de Colonização na Amazônia, no município de Altamira. Recebe para isso uma Usina de Açúcar e uma Unidade de Beneficiamento de Sementes — além de uma serraria — completamente equipadas que pertenciam (por um contrato

então existente) à CIRA — Pacal (Cooperativa Integral de Reforma Agrária do Projeto Agro-Pastoril Abraham Lincoln).

Este contrato é considerado altamente vantajoso, tanto para os produtores de cana, como para o INCRA, como para a Cotrijuí. O complexo cana-

vieiro fora montado pelo INCRA para beneficiar a produção de cana-de-açúcar, mas não estava conseguindo atender satisfatoriamente todos os produtores da Região. É que a rapidez é muito importante para que a cana não perca suas potencialidades de industrialização. Assim, se ela não entrar na Usina até 24 horas depois de cortada nos canaviais se torna inaproveitável, por acontecer o que os técnicos chamam de "reversão de sacarose".

A Cotrijuí estabelecerá uma participação uniforme de todos os produtores, montando inclusive um esquema de comunicações que permitirá avisar quando se deve suspender o corte dos canaviais no caso de ocorrer algum problema técnico na Usina. Os 165 plantadores, espalhados por 16.500 hectares (dos quais 4.000 cultivados)

serão também associados da Cooperativa.

O fato da Cotrijuí assumir a Usina permitirá que se ganhe muita experiência em relação ao próprio projeto de Colonização, evitando até mesmo que se crie na Amazônia uma ilha isolada de gaúchos. Ele facilita inclusive — pelo número de máquinas agrícolas, tratores e implementos de que dispunha a CIRA-Pacal — que se monte mais rapidamente uma infra-estrutura naquela área, através da abertura de estradas e preparação de terras para lavoura.

Uma observação: esta Usina que está sendo assumida não está em nada relacionada com aquelas pertencentes a empresários do ramo de açúcar e álcool (que, por sinal, não gostaram dessa concessão feita à Cotrijuí).

A COTRIEXPORT CRESCE E MUDA DE ENDEREÇO

A Cotriexport, que é uma empresa de comercialização, exportação, corretora de seguros e câmbio criada pela Cotrijuí, tem agora parte de seu capital pertencente ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que integralizou Cr\$ 20 mi-

lhões em ações. Isso representa 30 por cento do capital da Cotriexport (o restante é da Cotrijuí). Com isso será possibilitada a prestação de serviços a outras Cooperativas.

Outra decisão junto a Cotriexport é a compra de 50

por cento da área e 50 por cento do prédio (um andar) da Cooban, em Porto Alegre, com o direito de construir mais quatro andares, dependendo das necessidades, pois as atuais instalações da empresa já não permitem seu perfeito funcionamento. Para realizar o negócio será vendido um andar e meio na Galeria Malcon, também em Porto Alegre, dando a entrada de Cr\$ 6 milhões, enquanto o saldo de Cr\$ 24 milhões, será pago no prazo de dois anos através de mercadorias para a reposição de estoques daquela Cooperativa. É uma chance para abrir mercados dos produtos da Cotrijuí (arroz Leviesti, óleo de soja Mucama) em Porto Alegre.

UM BANCO DENTRO DA COOPERATIVA

Desde o dia 20 de março está funcionando na sede da Cotrijuí um caixa avançado do Banco do Brasil para atender durante todo o horário de expediente — das 7h15min até às 18h20min — os associados da Cooperativa. Ele está instalado junto à seção de Consumo.

É uma extensão do Banco dentro da Cooperativa — primeira vez que isto acontece em todo País — que vai evitar o deslocamento dos produtores até a cidade para efetuar suas operações de crédito, depósito, desconto de cheques, pagamento de guias e assim por diante. Fica tudo bem mais facilitado, economizando tempo e dinheiro gasto com idas até o centro de Ijuí, e desafogando ainda a agência do movimento diário de até mais de 100 agricultores.

NO MATO GROSSO DO SUL CHEGAMOS ATÉ DOURADOS

Em Dourados, no Mato Grosso do Sul estão sendo compradas todas as instalações da Cooperativa Regional Tritisoja Ltda, que tem uma área de atuação que se estende por quase toda região Sul daquele Estado. Não se trata de incorporação de uma Cooperativa, mas sim apenas da compra de seus armazéns, (com capacidade para 2 milhões de sacos), escritórios, equipamentos, etc.

Dourados também é área de atuação da Cotrijuí no Mato Grosso do Sul e já estava sendo planejada a construção de prédios para receber a produção dos associados estabelecidos naquela área. Foi, porém, muito mais conveniente comprar as instalações já feitas, ainda mais considerando que foi obtido um financiamento de 100 por cento do valor (Cr\$ 63 milhões) do negócio, com um prazo de oito anos para pagar.

A Tritisoja estava já com suas atividades praticamente paralisadas, com pouca movimentação junto aos seus 780 associados, que numa Assembleia Geral, realizada dia 19 de março, concordaram com a venda das instalações à Cotrijuí. Por isso o pessoal de lá recebeu com muita euforia esta

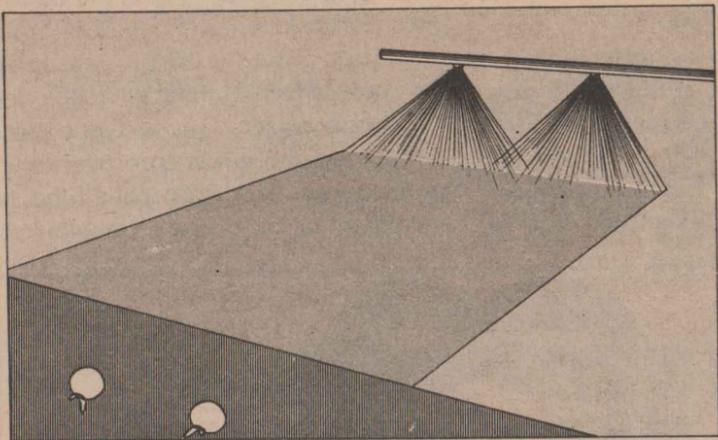
notícia, já que muitos dos produtores (grande parte é gaúcho) pediam a ida da Cotrijuí para lá.

Todos associados da Cotrijuí, explica o vice-presidente Arnaldo Drews, recebem um benefício indireto com esta ampliação no Mato Grosso, pois a nossa área de ação no Rio Grande do Sul não tem conseguido produzir soja suficiente para acionar durante o ano inteiro as duas indústrias de óleo da Cooperativa. A vantagem se amplia ainda mais quando se vê que grande parte da viabilização da estrutura administrativa da Cooperativa se deve à produção obtida lá em cima, pois o clima nunca é prejudicial em todo País num ano só. É uma segurança que nos dá.

E tem outra coisa ainda: ao contrário dos produtores estabelecidos na região de Maracaju, quase todos os associados de Dourados são proprietários de terra. Assim eles plantam todos os anos, assegurando a entrega de grãos, que por sinal já começa a acontecer nesta safra. Parte de soja já foi comprometida com terceiros, mas o que ainda estiver disponível será toda entregue à Cotrijuí.

Plantador de soja!

Da próxima vez que você for incorporar a sua mistura de herbicidas, pense na segurança. Pense Dual.



As misturas com Dual são aplicadas logo após o plantio e não são incorporadas. Portanto, o produto fica longe das delicadas sementes de soja em germinação. Com Dual, você fica mais seguro. É uma questão de bom senso!

Dual, o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.

CIBA-GEIGY



MAL DO PÉ

Até uns cinco anos atrás o mal do pé era uma doença de pouca importância econômica na lavoura de trigo. Mas de ano para ano vem crescendo a área atingida por este fungo de solo, trazendo consideráveis prejuízos aos produtores. Suas causas ainda não estão completamente definidas, mas a experiência está demonstrando que sua incidência é maior em terras onde foi mal incorporado o calcário e onde o trigo é plantado sucessivamente, ano após ano. Depois do mal do pé atingir uma lavoura não há nada que o controle. As manchas de plantas mortas vão aumentando até que se torne inviável o cultivo de trigo naquelas áreas.

De repente, a lavoura de seu Alfredo Driemayer ficou famosa. Mas ele não ficou nada contente por isso. Apareceu uma mancha no trigo plantado lá no Capão da Erva, em Augusto Pestana, e ele correu para a Cooperativa procurando um técnico para saber o que era aquilo. Isso foi na safra de 1973. O agrônomo chegou, olhou a lavoura, e falou que poderia ser uma doença ainda pouco comum naquela época: o mal do pé, que os técnicos chamam de "ophiobolus".

A mancha apareceu bem no local onde fora descarregado o calcário aplicado na terra para corrigir a acidez do solo. Walter, o filho mais velho do seu Alfredo, é quem conta que era a segunda calagem feita na lavoura, e tudo seguindo as recomendações da análise da terra. No ano seguinte, voltaram a plantar trigo na mesma área. E, aí sim, o mal do pé apareceu mais ainda:

— Veio aqui também um professor da Alemanha, que era um técnico da colza, até lembro, que confirmou ser o mal do pé. Só para ver como o trigo deu mal. Agora eu sei que o nosso problema foi não ter incorporado direito o calcário. Na época, nenhum técnico disse que era para lavrar bem fundo. A gente só passava o pé de pato, a grade, e pronto.

PERSEGUIÇÃO?

Em 1976 apareceram uns técnicos da Emprapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), lá de Passo Fundo, que recomendaram uma lavração bem profunda. Lavraram, e mesmo assim apa-

receu a doença. Então seu Alfredo desistiu de plantar trigo ali naquela área, que ocupava mais ou menos uns 70 hectares dos 430 de lavoura no Capão da Erva. Mas não foi que em 1977 o mal do pé se alastrou ainda mais e tomou conta de outro trecho da lavoura? O resultado foi que no ano passado ficaram 300 hectares descansando no inverno, tirando uma folga de trigo. Uns 20 hectares foram aproveitados para semear aveia, usada para pastagem.

Como um azar para que nunca vem sozinho, o mal do pé resolveu mesmo acompanhar o trigo de seu Alfredo que fora um dos primeiros em toda região a apresentar este problema. Tanto que na safra passada, atingiu outra área que ele planta, desta vez na Esquina Gaúcha, também em Augusto Pestana.

— Eu acho que pode ter sido levado até lá por intermédio dos implementos que usamos em comum na lavoura. Deu para observar que a doença muito fácil se alastra e chega até em terras não calcareadas. E pode até acontecer, como na propriedade de um vizinho na Esquina Gaúcha, de aparecer numa roça nova.

CAUSAS POUCO DEFINIDAS

O Luiz Wolney de Mattos Viau, agrônomo da Cotrijuí, explica que as causas deste fungo de solo que é o mal do pé, ainda não estão completamente definidas:

— Uma das causas a própria pesquisa está entendendo como a má incorporação do calcário que, em excesso, cria um

QUANDO A TERRA PEDE FOLGA DO TRIGO

meio ambiente favorável ao desenvolvimento do fungo.

Wolney lembra que toda recomendação de calcário visa a correção de uma camada de 20 centímetros de solo. Mas na maioria das vezes ele é incorporado mais superficialmente, por uma questão de rapidez no trabalho:

— Normalmente em áreas não corrigidas a ocorrência é fraca. E se ela existe não chega a provocar danos.

Já foi observado na prática — mas é um fator ainda não cientificamente definido — que nas áreas cultivadas todos os anos, a ocorrência do fungo é maior. E não só do mal do pé, como também de outras doenças de solo, como o mosaico do trigo, por exemplo.

NÃO SE CONTROLA

Este fungo acaba secando o pé, sem deixar a planta nem formar o grão. É uma doença característica da fase de espigamento, quando aparecem manchas de plantas mortas na lavoura. E aí não há como controlar quimicamente o problema com a aplicação de fungicidas. Isso é importante lembrar: o mal do pé não pode ser evitado com o uso de defensivos e nem com o plantio de outras variedades, pois nenhuma é resistente à doença. Explica Wolney:

— Nas áreas mais novas, ou em que ficaram em descanso, a ocorrência da doença é menor ou quase nula. Por isso uma das medidas que recomendamos é não plantar trigo na mesma área no mínimo dois anos depois de aparecer o mal do pé. Pode-se utilizá-la para outras culturas que apresentem resistência ao "ophiobolus", como a aveia e a colza, de quem se têm informações de resistência ao fungo.

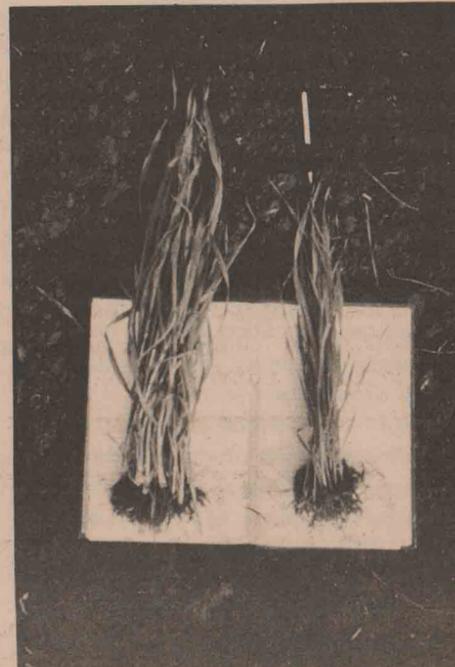
AUMENTA DE ANO PARA ANO

A experiência do seu Alfredo permite que ele confirme isto:

— Acho que qualquer doença se cria mais fácil quando se planta consecutivamente. É só ver quando a gente aumenta uma lavoura para os lados, onde nunca foi plantado, e ali o trigo cresce melhor, sem tanta doença.

Pelo que os técnicos e os próprios agricultores estão observando, cresce a cada ano o número de lavouras atingidas pelo mal do pé. A solução nesse caso é fazer como seu Alfredo, que deixou de plantar trigo nas áreas que apresentaram problema:

— Este ano não vamos plantar lá na Esquina Gaúcha, onde são 60 hectares de lavoura. Nosso plano era começar este



A diferença de tamanho entre a planta cultivada em lavouras antigas e em terras novas.

ano uma rotação, mas como a soja foi mal, fomos obrigados a plantar de novo no Capão da Erva, mesmo nas áreas que ficaram sem trigo só no ano passado. Mas no futuro eu pretendo plantar três anos trigo e um ano não. Mesmo que não apareça de novo o mal do pé. Para prevenir, deixamos as terras descansando depois de lavrar com a aiveca, que deixou para baixo a camada que tinha calcário. E também fiz contratos em separado de financiamento para cada lavoura. Um para a do Capão da Erva, outro para a de Coimbra e outro para a de Comandá, as duas no município de Santo Angelo. Assim não vai acontecer como naquele ano, em que Coimbra segurou as perdas do Capão da Erva e não pude pedir o Proagro. Desse jeito, o trigo que colhi lá foi só para pagar os prejuízos daqui.



Walter e Alfredo: só vamos plantar trigo onde deu problema, porque a soja foi mal.



CONFIE-NOS A ADMINISTRAÇÃO DO SEGURO

§ de seu automóvel: obrigatório ou facultativo;

§ de sua residência: incêndio, vendaval;

§ de vida em grupo e acidentes pessoais.

**COTRIEXPORT —
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.**

Em Ijuí, junto à sede administrativa da COTRIJUÍ — Fone: 332-1350 ramal 364.

Em Porto Alegre, Rua Cel. Vicente 561 — Fone: 25-83-88 - ramal 257

O QUE HOUVE, AFINAL, COM A BONIFICAÇÃO?

Muitos produtores não concordaram com a bonificação paga pela Cooperativa sobre a semente de soja que entregaram na safra passada. O valor ficou abaixo daquele que estavam esperando. E por que isso aconteceu? Houve um excesso de produção de semente, provocado principalmente pela frustração de safra, que levou o Departamento Técnico a procurar outras lavouras para certificar, temendo que a produção não chegasse nem ao menos para atender o plantio dos associados. Mas ela foi maior que a comercialização de semente efetivamente realizada. Pesou muito ainda no valor da bonificação os lotes com sementes de baixa germinação e os padrões de mistura varietal, que não combinavam com os adotados em outros Estados.

A produção de semente de soja da safra passada foi uma confusão, não permitindo cálculos fáceis de serem definidos como em anos de produção normal, quando nenhum fator climático interfere no desenvolvimento da lavoura. Com a frustração de safra provocada pela seca — que se repetiu este ano — os técnicos da Cotrijuí saíram em busca de novos produtores ainda não inscritos, temendo que suas estimativas de produção de semente não fossem alcançadas.

Durante a época de colheita, explica o agrônomo Sidney Gervini de Souza, do setor de Sementes do Departamento Técnico,

houve até mesmo momentos em que se achava que a produção não seria suficiente nem ao menos para atender os pedidos de reserva dos associados. Só para isso seria preciso uma entrada de 470.000 sacos. — Diz Sidney:

— Em anos normais, quando se tem um quadro definido de produtores de semente, sabe-se que a produção deverá chegar a tantos sacos. Mas quando frustra a safra a gente se perde nas estimativas. E o produtor, quando vê que sua semente é ruim, vai entregando-a para o comércio, muitos deixando de avisar isso aqui para nós. Ele começa a colher e não nos comunica.

FALHA NAS PREVISÕES

Para piorar tudo ainda mais um pouco, aconteceu ainda uma falha inicial de previsões, quando o Departamento Técnico da Cotrijuí pensou em comercializar semente também para fora do Estado. Então se chegou a definir uma produção bruta que chegaria a 600.000 sacos, exatamente para colocar ainda no Paraná e no Mato Grosso. Mas no fim de safra, ela chegou a 754.058 sacos. E na hora de vender, se colocou só 396.433 sacos.

Esta produção foi muito maior em variedades de ciclo precoce e médio, com respectivamente 30 e 50 por cento da produção total. As variedades de ciclo tardio (que ocupam área de plantio menor e são mais difíceis normalmente de produzir) representaram apenas 20 por cento. E estas acabaram não sendo suficientes, porque além de uma necessidade de replantio em muitas lavouras (prejudicadas pelas chuvas de novembro de 78) a seca que aconteceu mais tarde atrasou também o plantio. Isso sem contar que exatamente as variedades deste ciclo são as mais procuradas também pelo Mato Grosso (enquanto que as variedades precoces são mais procuradas pelo Estado do Paraná).

SOBROU SEMENTE

Então o que sobrou mais de semente foram as variedades de ciclo precoce e médio, produzidas além das estimativas iniciais e também não comercializadas como se esperava. A variedade Paraná com mercado garantido no Estado do Paraná, não pode ser toda vendida por apresentar baixa germinação. Foram 30.607 sacos não comercializados devido a este problema. Outros 30.000 sacos da variedade Bragg apresentaram mistura varietal muito alta em relação às normas paranaenses, que admitem até cinco grãos de outras variedades por amostra analisada. Então foi outra comercialização praticamente acertada, que deixou de acontecer.

REDUZIU A BONIFICAÇÃO

Dessa forma já se podia esperar uma redução na bonificação dada aos produtores de semente. Sobrando muito produto e ainda por cima encontrando falha de germinação e mistura varietal, ficou menor esta redistribuição do lucro da semente comercializada. Além das condenações por excesso de semente (que não foram nem classificadas para evitar maiores custos sobre cada saco de semente produzido), al-



Já no colher a soja no ano passado, Lir Copetti, se dava conta que a semente não seria muito especial, "estava assim meio chocha". Mas o que ele podia entender era mais um problema de germinação, que ele mesmo acabou confirmando ao reservar para seu plantio alguns sacos de Paraná:

— Eu mesmo reconheci isso, porque não deu assim 100 por cento de germinação agora nesta safra, apesar que o tempo também meio judiou o plantio.

Agora, o brabo para seu Lir foi a condenação da semente por mistura varietal:

— A gente até nem fica entendendo porque ainda tem isso. Inclusive nós tinhamos soja que eu esperava que ia ter mistura e foi considerada Padrão 1. E outra, que achei que ia ser boa, e deu padrão 2 ou 3.

"TEM QUE FAZER JUSTIÇA"

Lir planta entre 200 e 220 hectares em lavouras das Linhas 8, 12 e 22 Leste, em sociedade com o irmão Waldir, e apesar de reclamar do rigor na consideração de mistura varietal, concorda com isso:

— Só acho que tem que fazer muita justiça. Tem elemento que a gente conhece aí, como um elemento que me disse assim: "a cooperativa me deu a semente, ela que se vire em limpar". Só nós aqui limpamos cinco vezes a lavoura este ano, entre passar capinadeira, enxada, arrancar planta com a mão. E só vamos entrar com a máquina para colher depois de repassar todas lavouras de novo. O produtor tem que ser fiscal de si mesmo. Prá que eu vou botar uma semente que não vale a pena e me estragar na cooperativa?

Lir conta que eles produziram muita semente da variedade Bragg no ano passado, que acabou sendo condenada por excesso de semente recebida na Cooperativa. Fazendo as contas do que ele ganhou com a bonificação deu uma média de Cr\$ 32,00 e uns quebrados por saco:

— Não foi aquilo que a gente esperava, mas acho que está mais ou menos. Tem que ver é o negócio do excesso, que fizeram um cálculo aí de semente que não deu muito certo. Tem que se cuidar mais disso para não acontecer de novo.

"TRABALHO PERDIDO"

Seu Olinto Tiecher andava meio desiludido com o negócio da bonificação de semente de soja, que começou a ser distribuída entre os produtores no final de janeiro. E não só ele, que planta lá no Alto da União, em Ijuí, como também outros produtores não estavam gostando muito do fato de muita semente ter sido condenada por problema de mistura de outras variedades, por excesso de semente recebida pela Cooperativa e mesmo por falhas de germinação.

Ele planta 100 hectares em conjunto com os filhos Remi e Ênio e produziu muita semente que foi condenada já antes de classificação na safra passada:

— Perdemos uns 500 sacos de Bragg que falaram que foi semente em excesso lá na Cooperativa. Teve também uma queda muito grande no classificar a Missões. De 448 sacos que colhemos, só ficaram para semente 379. Os outros 69 fora de perda.

Seu Olinto conta que já na lavoura se via que a Bragg ia dar problema ano passado. Mesmo assim eles pensavam que a produção de semente seria melhor que nos anos anteriores. Tanto que levaram semanas e semanas tirando as plantas de outras variedades que podiam enxergar na lavoura:

— Mas como os técnicos disseram que não iam levar em consideração esta mistura de variedade nós fizemos mesmo a semente. Só que depois ela não foi aprovada. Isso acho que não podiam ter feito.

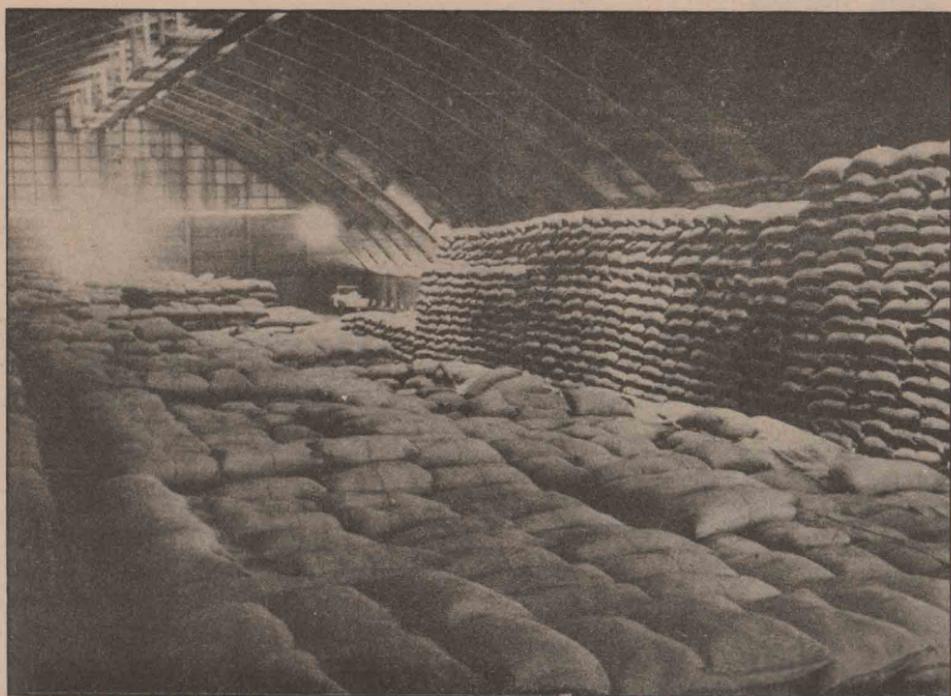
Remi, um de seus filhos, é quem conta que este problema de mistura de ou-

tras variedades na Bragg já é uma coisa velha:

— Antes quase nem se notava. E mesmo agora, conforme como bate o sol, a gente não vê direito na lavoura. Acho que até quem nem é semente de outra variedade. Pode ser uma desagregação da Bragg que agora se nota mais. Então a gente limpa a lavoura e acha que arrancou tudo que é planta. Mas lá no laboratório mesmo é que eles enxergam bem.

Tendo tanta semente condenada, os Tiecher receberam uma bonificação bem menor do que aquela que esperavam. Se deram ao trabalho de produzir a semente, desde o plantio — cuidando para não ir mistura na semeadeira, capinando a lavoura, caprichando na colheita, catando semente diferente que encontravam — para depois ganhar quase o mesmo que entregando como soja comercial.





guns associados ainda tiveram o padrão de sua semente prejudicado pela mistura varietal.

Quanto a este aspecto é preciso lembrar que a CESM (Comissão Estadual de Sementes e Mudas), passou a estabelecer a tolerância de até 15 grãos de outra variedade em cada amostra analisada em Laboratório, que é um padrão de semente que não estava definido até a safra anterior.

A Cotrijuí, para fins de bonificação, adota um **padrão de moega** (além de cumprir as exigências de análise de laboratório), que tem como principal objetivo incentivar os associados a melhorarem sua semente. Através dele, quando cada lote é descarregado na moega da máquina de beneficiamento, se faz uma avaliação da qualidade da semente, contando o número de sementes de invasoras (como feijão miúdo). E os produtores são chamados para acompanhar esta classificação e assim entender porque sua semente foi considerada Padrão 1, ou Padrão 2 e assim por diante.

MISTURA VARIETAL

Este ano foi ainda considerada a mistura varietal encontrada nas análises de laboratório, o que não acontecia antes. Assim, muitos produtores tiveram sua semente incluída no Padrão 2 ou 3, quando esperavam o Padrão 1. Mas e por que se fez isso? Conta o Sidney:

— A mistura varietal está sendo um grande problema na comercialização da semente. Mas nós tivemos a melhor das intenções em sermos mais justos no pagamento da bonificação, valorizando a semente de melhor qualidade.

E por que então o pessoal reclamou disso, Sidney?

— É que nós nos apressamos em atender os produtores que estavam pedindo repetidamente o pagamento da bonificação. Eles não tinham mais dinheiro e contavam com este. Então não deu tempo para reunir o pessoal e explicar direitinho o que a gente estava fazendo e porquê.

E ESTA SAFRA?

E nesta safra que será colhida agora,

como é que fica? Bom, em primeiro lugar se fará reuniões antes com os produtores para explicar exatamente o que aconteceu. E as estimativas de recebimento de semente ficarão novamente em torno de 470.000 sacos brutos (sem as quebras de classificação, limpeza, etc).

O que já se pode adiantar, conforme Sidney, é que dificilmente se fará semente das variedades precoces para satisfazer as necessidades dos associados da Cooperativa. É que as condições destas lavouras não estão muito boas. A variedade **Paraná**, por exemplo, não está amadurecendo parelho e, além disso, terá um baixo rendimento:

— Já se procurou relacionar o maior número possível de produtores para diminuir o máximo possível a falta destas variedades. Se fosse uma safra normal, poderíamos tranquilamente produzir uma quantidade maior de **Paraná**, porque a Cotrijuí tem mercado garantido para esta variedade no estado do Paraná.

Mas será que sobra tanta semente de novo? É provável que não, pois as variedades médias, principalmente a **Bragg**, que é a mais plantada, não serão mais produzidas pensando em mercado, devido exatamente ao problema de mistura varietal. Serão recebidas apenas as quantidades necessárias para atender os associados.

As estimativas este ano não serão feitas pensando no mercado de outros Estados. Agora que é difícil estimar precisamente a produção, isto não há dúvidas. Em ano de frustração não se pode prever realmente quanto vai se receber de semente e de quanto a quebra nas estimativas de entrega pelos produtores (que ficam em torno de 30 por cento em anos normais):

— O que pode nos ajudar um pouco para sermos mais precisos nestas previsões e os produtores comunicarem imediatamente no Departamento Técnico mais próximo se vão realmente entregar sua soja para semente.

BONIFICAÇÃO DE SEMENTE DE SOJA SAFRA 77/78 PADRÕES

PADRÃO	FEIJÃO MIÚDO (Moega)	MISTURA VARIETAL (Análise de Laboratório)	BONIFICAÇÃO SACO
Padrão 1	Zero	Zero	Cr\$ 50,00
Padrão 2	Zero	até 6 grãos	Cr\$ 40,00
Padrão 3	1 grão/15 scs	de 7 à 11 grãos	Cr\$ 25,00
Padrão 4	2 a 4 grãos/15 scs	de 12 à 15 grãos	Cr\$ 10,00
Padrão 5	acima	até 15 grãos	Cr\$ 5,25
Sem Padrão	-x-	-x-	Cr\$ 10,00
Purificado	Zero	Zero	Cr\$ 70,00

Total comercializado: 396.433 sacos.
Total bonificação + Funrural: Cr\$ 17.839.485,00
Total de sacos a bonificar: 566.539 sacos — Aprovado (447.926 scs) + Fora de padrão/Pureza (71.618 scs) + Sobra Bruta (46.995).

MOVIMENTO GERAL DE BONIFICAÇÃO — SEMENTE DE SOJA — 78/79

VARIETADES	PADRÃO 1	PADRÃO 2	PADRÃO 3	PADRÃO 4	PADRÃO 5	S/PADRÃO*	PURIFICADO	TOTAL
Prata	18.212	7.062	9.062	1.716	265	5.513	—	41.830
Paraná	58.313	10.151	14.379	3.756	2.323	—	—	88.922
Pérola	3.936	4.187	1.775	894	241	—	—	11.033
Planalto	—	—	456	231	—	—	—	687
IAS 1	4.428	4.212	6.544	387	—	—	—	15.571
IAS 2	240	136	—	—	—	—	—	376
IAS 4	8.623	29.087	35.331	4.928	2.255	407	560	81.151
IAS 5	2.103	7.021	3.643	265	997	—	—	14.029
Bragg	10.957	54.708	53.437	45.540	6.750	26.183	475	198.050
Hampton	12.253	2.614	1.760	885	—	—	—	17.512
Bossier	13.416	12.202	20.650	9.892	2.945	—	—	59.105
Missões	1.781	1.784	615	417	364	—	—	4.961
Sulina	71	—	72	148	—	—	—	291
Sta. Rosa	2.064	1.793	6.740	3.489	1.934	—	—	16.020
Hardee	2.554	4.130	4.105	225	893	—	—	13.907
BR 1	64	545	—	96	—	—	—	705
BR 3	13	—	—	—	—	—	—	13
Cobb	1.120	167	613	—	—	—	—	1.900
UFV 1	253	107	76	—	—	—	—	436
TOTAL SACOS	140.401	139.906	159.258	74.086	18.967	32.103	1.035	566.539
TOTAL Cr\$	7.020.050,00	5.596.240,00	3.981.450,00	748.690,00	99.576,75	321.030,00	72.450,00	17.839.486,75

* A semente sem padrão não chegou nem a ser classificada. Também não tinha referência de comparação com outros lotes.

MAIS CARNE COM MELHOR QUALIDADE

Um projeto da Cotrijuí estuda alternativas que possibilitem uma maior produção de carne dentro das características da região.

A necessidade de se definir no Brasil, normas que regulem a classificação e tipificação de carcaças e, também, de se encontrar a alternativa que resulte num maior volume de carne e melhor qualidade do produto, com vantagens para quem produz e consome, levaram a Cotrijuí, com a colaboração da FUNDATEC (Fundação Universidade - Empresa de Tecnologia e Ciências), a desenvolver o Projeto Demonstrativo de Novilho Precoce.

OBJETIVOS DO PROJETO

Elaborado para ter a duração de um ano, o projeto está sendo desenvolvido em condições idênticas às da região em que a Cooperativa atua. Ele se concentra nos seguintes objetivos:

a - Observar os efeitos de peso corporal de abate, tanto em qualidade como em quantidade de carcaças de novilhos precoces terminados...

a.1 - ... exclusivamente em pastagem cultivada, e abatidos com três diferentes pesos;

a.2 - ... em pastagem cultivada com suplementação permanente durante o apronte, e abatidos com três diferentes pesos;

a.3 - ... conduzidos em pastagem cultivada, tendo o período de apronte parcialmente suplementado, e abatidos com três diferentes pesos.

b. Verificar relações de produção entre o peso vivo dos animais e sua carcaça.

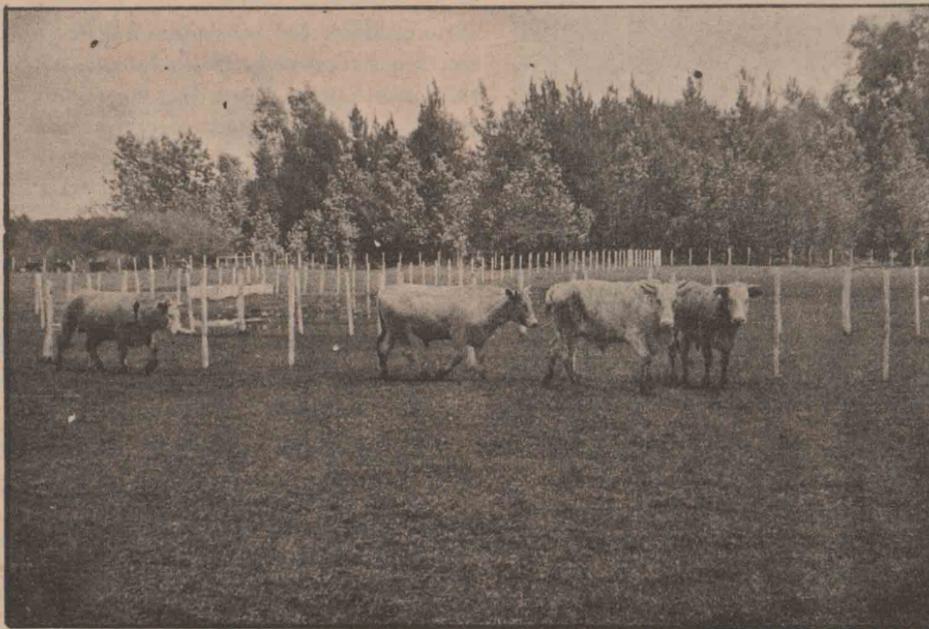
c. - Obter subsídios para orientar os produtores com respeito a recria e terminação de animais jovens, procurando acelerar o processo de produção e atender o consumo com carne de qualidade.

d. - Avaliar a resposta de pastagens e pastagens mais suplementos, em diferentes períodos, sobre o desempenho na recria e terminação de novilhos.

Os terneiros (dois lotes) foram adquiridos na etapa da Feira do Terneiro Rio-grandense realizada em Ijuí, em junho de 1978. Para efeitos do projeto, o acompanhamento desses animais pelos pesquisadores da FUNDATEC e Departamento Técnico da Cotrijuí iniciou naquela época, e sua conclusão está programada para junho deste ano.

A EXIGÊNCIA FEDERAL

Para enquadrar os novilhos de abate na classificação de Novilho Precoce, a legislação federal estabeleceu duas exigências: carcaça quente com peso mínimo igual a 200 quilos e idade máxima do novilho igual a 30 meses (comprovada pela exposição total das pinças de segunda dentição).



A rentabilidade do novilho precoce não pode ser medida apenas pela quantidade de carne, como também pela sua qualidade.

Das informações até então obtidas, inclusive os concursos de novilho precoce realizados pela COTRIJUI em Dom Pedrito, se concluiu que os produtores deveriam procurar obter carcaças de 250 quilos. Muito embora os resultados do Primeiro Concurso que a cooperativa realizou em 1977 tenham indicado pesos médios superiores (273 quilos), com a realização desse projeto se concluirá por alternativas que possam, levando em conta as condições dos produtores da região, produzir tanto ou mais, com melhor qualidade e rentabilidade.

A EXECUÇÃO DO PROJETO

A execução do projeto está sendo feita com 45 novilhos Santa Gertrudis x Hereford, cujos pesos médios respectivos (lotes) eram de 208 e 183 quilos. Desses 45 animais já foram abatidos 30 novilhos, obedecendo o seguinte manejo:

1) 5 novilhos conduzidos em pastagem de inverno (aveia) que foram suplementados permanentemente desde julho (início do trabalho) até novembro, quando ocorreu o abate. O peso de abate foi de 350 quilos, sendo que a idade dos animais era de 13 meses.

2) 5 novilhos conduzidos em pastagem (aveia) e que receberam suplementação de milho dos 300 aos 350 quilos de peso, quando então foram abatidos. A idade destes animais era de 15 meses.

3) 10 novilhos conduzidos somente em pastagem, abatidos aos pesos de 350 e 400 quilos. A idade era de 17 meses.

4) 5 novilhos conduzidos em pastagem (aveia no inverno e milho no verão) com suplementação de milho. Peso de abate, 400 quilos e 17 meses de idade.

5) 5 novilhos conduzidos em pastagem até os 350 quilos e su-

plementados a partir desse peso até alcançar 400 quilos quando então foram abatidos. Idade: 17 meses.

Sobre esse manejo, o engenheiro agrônomo Becklerc Oliveira da Silva, do Departamento Técnico da Cotrijuí, faz considerações sobre pontos. O primeiro, de que mais de 60 por cento dos animais foram abatidos nove meses após a compra na Feira de Terneiros de Ijuí. Um segundo destaque é que a área utilizada para os 45 novilhos, no Centro de Treinamento da Cotrijuí em Augusto Pestana, foi de 15 hectares.

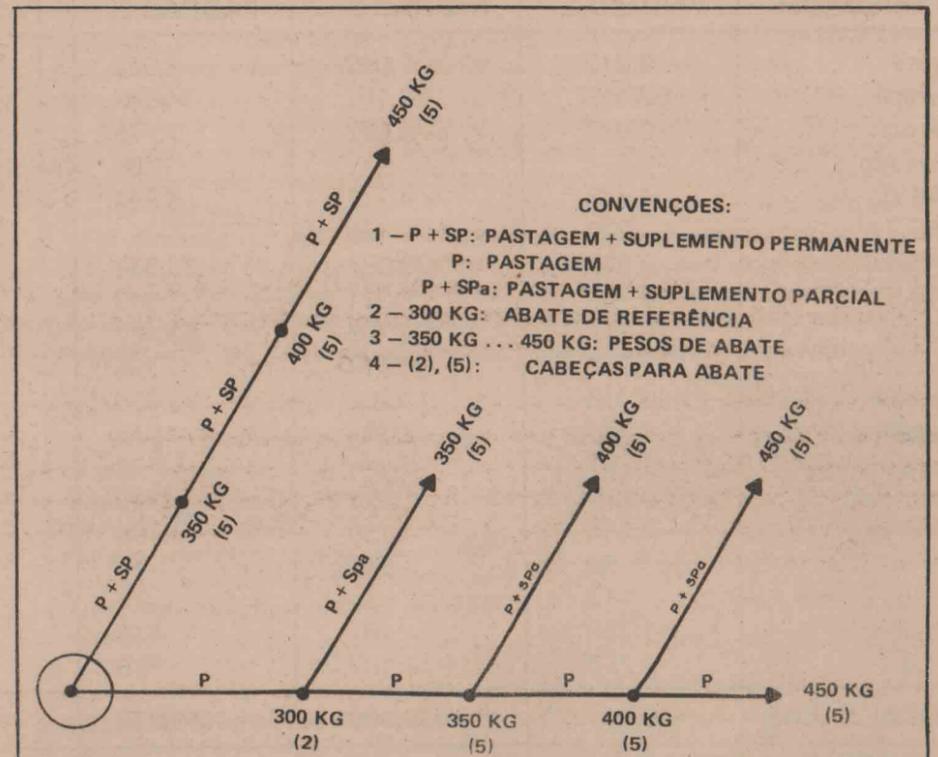
AS PASTAGENS E A SUPLEMENTAÇÃO

As pastagens, para efeito de execução do projeto, foram constituídas por espécies cultivadas de ci-

clo primavera-verão e outono-inverno, como aveia, azevém e milheto. Nos casos de suplementação de milho integral (espiga) e milho em grão moídos, esta era dada em partes iguais, na base de um por cento do peso dos novilhos. Deve-se lembrar, também, a suplementação mineral, que constou de sal comum iodado e fosfato bicálcico, administrados à vontade em comedouro especial.

O esquema de manejo, (veja ilustração), permite ao criador identificar as nove diferentes alternativas que estão sendo estudadas pelos técnicos. Somado a esse resultado já parcial, onde se alcançou peso vivo de até 400 quilos com 17 meses de idade, os números da conclusão final do projeto, mais a experiência da Cotrijuí pela realização de dois concursos de tipificação de carcaças, a Cooperativa poderá recomendar seguramente ao produtor aquela variável mais aproximada das condições que ele dispõe na propriedade para chegar a resultados economicamente rentáveis.

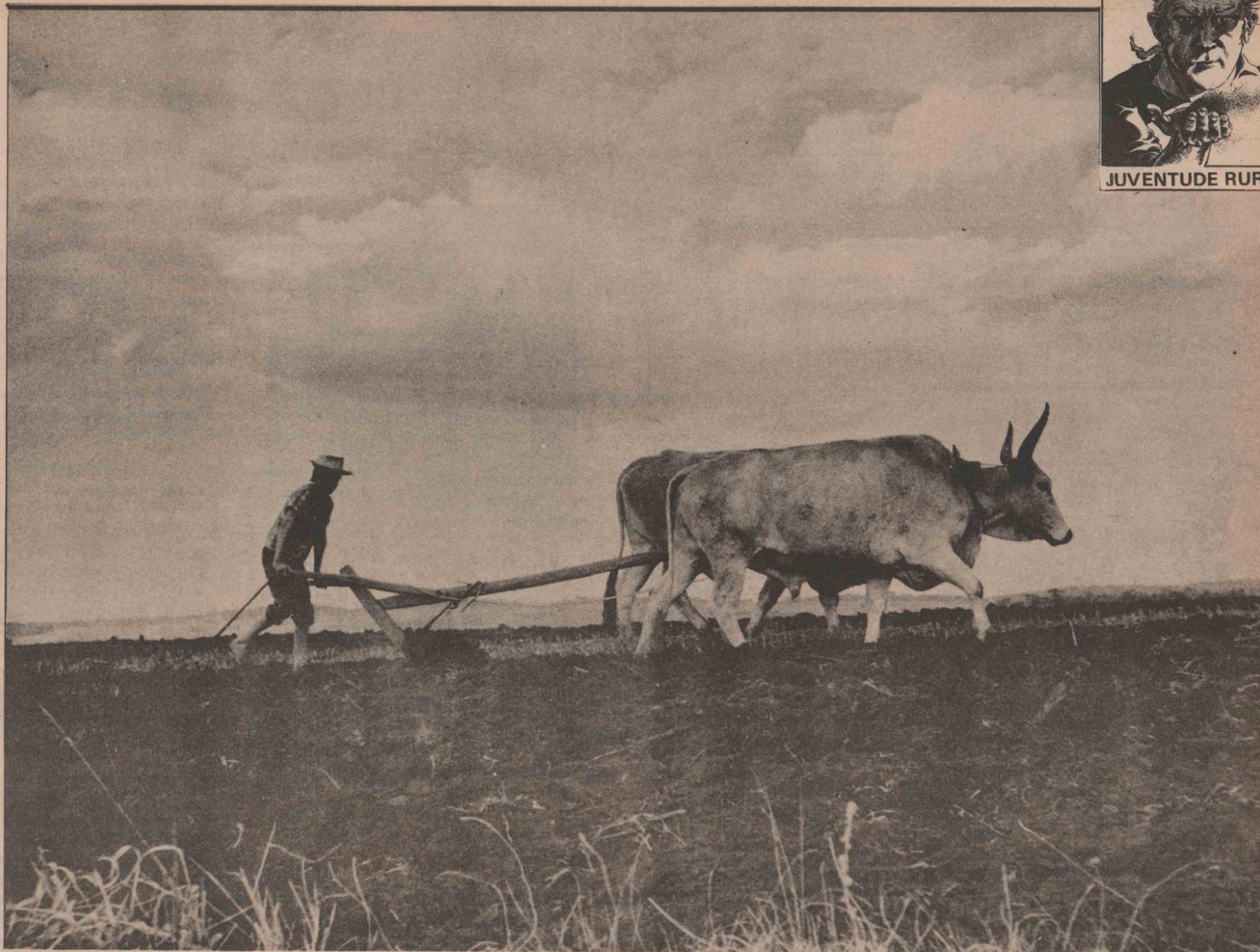
Esse estudo valoriza ainda mais a realização no Rio Grande do Sul de feiras de terneiros. Nelas, o produtor devidamente inscrito participa, na compra ou na venda, tendo opções variadas de cruzas, idade e peso para adequação às condições da propriedade. Em Ijuí a etapa da Feira do Terneiro Rio-grandense, desse ano, será realizada nos dias nove, dez e onze de junho. As inscrições para compra serão recebidas junto ao Departamento Técnico da cooperativa (sede), até o dia 15 de maio.



Com a conclusão do estudo, se poderá identificar os rendimentos e custos de cada uma das nove alternativas (pastagem, pastagem mais suplemento permanente e pastagem mais suplemento parcial).



JUVENTUDE RURAL



TEMOS MEDO DO FUTURO

A juventude rural, hoje, tem razões de sobra para temer o futuro. A pequena propriedade dos pais já não dá para todos, e o drama da falta de terra vai tornando-se cada vez mais real. Nascidos e criados no campo, os jovens têm sua natural vocação voltada para a Agricultura. E sentem, a cada dia que passa, que na Agricultura não haverá lugar para eles.

E então o jovem começa a pensar: "Qual é o nosso futuro na Agricultura, ser tudo marginal?", perguntou um dos 13 rapazes e moças — todos com idade entre os 16 e os 25 anos — que reunimos para uma longa entrevista.

Em conjunto, durante três horas, eles debateram seus problemas e chegaram à uma conclusão unânime: "É preciso fazer alguma coisa para evitar esse futuro negro".

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais são, à primeira vista, o único instrumento com que os jovens contam para realizar

alguma coisa. E hoje, em torno dos sindicatos, espalhados por todos os rincões de nossa região, eles estão se reunindo regularmente, discutindo seus problemas, contando suas histórias, buscando soluções.

Nessa busca de soluções, inevitavelmente os jovens voltam-se para o passado, analisando as causas principais que determinaram a atual situação. E algumas conclusões são duras: "Os pais fundaram um Sindicato para fazer a Reforma Agrária, não conseguiram e se acomodaram, desistiram de lutar".

Nas próximas quatro páginas, os jovens contam como são suas discussões, como nasceram os grupos, quais os principais problemas que enfrentam. E revelam algumas das soluções que, acreditam, poderão torná-los um pouco mais confiantes no futuro.



JUVENTUDE RURAL

“Não se tem conseguido muita coisa. Falta um objetivo claro”

Cotrijornal — Existe nesta região um trabalho de jovens, do qual vocês participam. Gostaríamos que vocês dessem uma explicação rápida dessas reuniões, como começaram e o que é discutido.

Elaine — Em Augusto Pestana, fazem dois anos que nos reunimos. A gente começou mesmo na igreja, com o grupo participando da missa e ajudando a prepará-la uma vez por mês. Depois a gente continuou com os encontros, também no interior.

Aldir — Nós somos entre 25 e 30 jovens que participam ativamente. Conseguimos agora, depois de um trabalho individual em cada religião, o entrosamento de jovens, tanto católicos como evangélicos. Então, já entraram na discussão outros assuntos, como sindicalismo e cooperativismo. Este trabalho tem mais ou menos um ano, com o entrosamento entre as duas juventudes acontecendo aos poucos.

Cotrijornal — A participação de vocês em trabalhos de grupo foi iniciada, então, ao redor da Igreja, separadamente a evangélica da católica. Como aconteceu a união entre os dois grupos?

Aldir — Com este trabalho de sindicatos e cooperativas. Houve o entendimento de que separadamente não conseguiríamos fazer este trabalho.

João — Após o curso que foi feito aqui pela Fetag, surgiu um trabalho de encontros do qual participaram todas as localidades do município que tinham grupos de jovens. Foi a partir daí que se começou a difundir entre as duas religiões o trabalho de jovens, e os próprios grupos começaram a propor os assuntos a serem discutidos.

Lisete — No interior, surgiram os grupos de jovens mais por causa destes encontros de municípios: O meu grupo, por exemplo, surgiu em novembro, porque teria um encontro em outra localidade e a gente quis participar daquilo para saber,



Carlos Wilson Rott, 25 anos

afinal de contas, o que era. Daí nós reunimos católicos e evangélicos logo de início, porque se a gente ia dividir, sendo o grupo pequeno, não ia dar. O pessoal foi, gostou e continuamos. Os encontros são mensais e a gente marca em cada localidade, que fica sendo a sede do mês.

Cotrijornal — E como foram formados os grupos?

Lisete — Nós avisamos que ia ter uma reunião promovida pelos jovens. Um que sabia foi falando e passando de vizinho em vizinho. Daí, o jovem, pela necessidade dele mesmo, acaba procurando.

Cotrijornal — E em Ijuí, como é que tem sido?

Carlos — A partir de 76, mais ou menos, participamos de alguns congressos de jovens e daí tentou-se reunir o pessoal. Mas a gente não conseguia. Então veio a Fetag, fez uma programação e todo mundo aqui veio para a Fidene. A partir daí, com o apoio do Sindicato e do IEP (Instituto de Estudos Permanente, da Fidene), começamos a nos reunir mais vezes, o que ajudou muito. Por exemplo, lá no Alto da União, fundamos um clube de jovens, onde havia católicos e evangélicos. Para pegar todo mundo, nós começamos a fazer reuniões noturnas, não sendo a religião, por exemplo, o motivo das reuniões. Ela entra também, mas a gente só discute se o jovem acha necessário discutir. Mas não acontece de onde só tem evangélico só entrar evangélico, onde tem católico só entrar católico. É tudo junto.

Por enquanto, a gente não tem conseguido muita coisa porque o jovem não tem um objetivo claro e definido. A gente, muitas vezes, pergunta: “Afinal, o que é que vocês querem?” E eles dizem: “Por enquanto vamos fazer reuniões dançantes aí que vamos levando assim mesmo”. Agora, para 79, a gente programou uma integração maior entre os jovens, o que já é um passo.

“A gente sabe que tem problema. Mas não sabe o que é”

Cotrijornal — Do que consta essa programação?

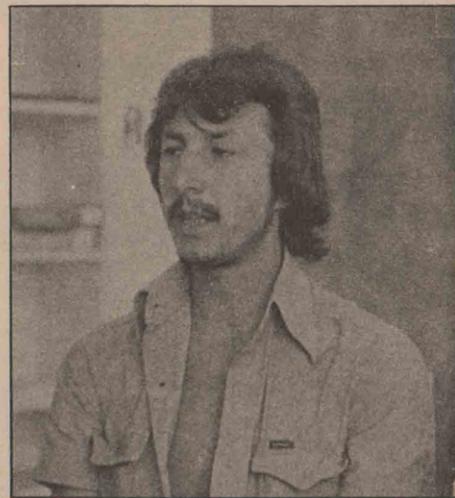
Carlos — A gente vai procurar alguém do Sindicato, da Cooperativa, ou mesmo do IEP para, por exemplo, fazer uma palestra.

Nelson — Lá no Salto, começou a se formar grupos pela Diocese, daí foi indo. Encontros, promoções, tudo relacionado com a Igreja. Mas isso foi um tempo. Depois parou, ninguém mais se interessava, o pessoal achou que não dava mais. Agora está começando de novo, mas são poucos os que participam. Muitos perderam a vontade, não é mais como antigamente, quando bem ou mal todo mundo participava. Agora é meia dúzia de jovens na reunião e os que vão ainda demonstram pouco interesse. O que a gente está achando brabo é conscientizar o pessoal.

Cotrijornal — E a partir de que base vocês pensam em organizar de novo? A partir da Igreja?

Nelson — O problema da Igreja tem

um grupinho que está discutindo. Agora nós vamos tentar conscientizar o jovem para o problema que ele realmente está enfrentando, que é a terra. A partir daí pensamos em contar com ele participando novamente.



Nelson Gelatti, 24 anos

Carlos — O problema da terra se começou a falar a partir de uma reunião que nós tivemos no IEP. Surgiu a idéia de fazer-se um levantamento dos sem-terra, em cada localidade, para colher dados. Talvez daí surja um porquê das coisas, talvez com isso a gente vá chamar o pessoal. Mas sem a ilusão de que nós vamos resolver o problema da terra. A gente vai é conscientizar, talvez, com este trabalho que começamos agora, quando o jovem tem 20 anos, e daqui a uns 10 ou 15 anos ele consiga alguma coisa. É um trabalho lento, mas acho que vale a pena tentar.

Cotrijornal — E lá em Ajuricaba, como é que está?

Célio — Nós praticamente começamos a nos reunir por intermédio das comunidades do interior, através da Igreja também. Cada comunidade reunia mensalmente um grupinho de jovens e tinha duas assembleias por ano, na sede do município, quando se reuniam todos os jovens, representando todas as comunidades. A gente ali debatia os assuntos, mas era com uma pequena participação dos jovens. Mesmo que eles venham na reunião, ficam ali, não se abrem, ficam tímidos, não têm capacidade de falar. E isso que nós adotamos, há dois anos, o método de fazer uma assembleia numa sala e a segunda caminhando, partindo da sede do município até um lugar marcado. Durante esta caminhada se vai conversando, e assim está sendo melhor, o jovem parece mais descontraído, à vontade, e então participa mais.

Cotrijornal — Vocês falaram dos problemas de mobilização dos jovens. E teriam idéia do porquê isso acontece?

Moacir — Acho que, às vezes, é medo da juventude, pouco apoio talvez dos próprios pais em discutir os assuntos. No meu caso, por exemplo, comecei a pensar em sindicalismo, cooperativismo, a partir de cursos que fiz na Fidene. Então a gente ficou sabendo mais realmente qual o problema, grave, que se está enfrentando. O que muitas vezes acontece é que o jovem vive o problema, sabe que tem problema, mas não sabe o que é. Fica naquela, não sabe se vai ou não.

Carlos — O jovem pouco participa, perdeu talvez a confiança. Não sei, vamos dar a culpa disso a quem? Por exemplo, o Sindicato, desde que foi formado, o que a gente pede a ele é a reforma agrária. E daí

então deu com os burros n'água. E ali também os pais, não conseguindo o que queriam, se acomodaram. E o filho cresceu no meio dessa consciência, quer dizer, nós não temos consciência do que é sindicalismo.

Cotrijornal — Essa posição dos pais é transmitida à juventude? O pessoal está acomodado por causa disso?

Carlos — Eu acho que sim, pois alguma coisa que se faz em casa, que se conversa em casa, é transmitida para os jovens. Se não existe consciência, se o próprio pai não sabe o que é sindicato... Agora, se ele vai lutar por aquilo, acho que o filho também vai lutar.

Cotrijornal — Essa posição é só em relação ao Sindicato?

Carlos — O Sindicato é só para exemplificar, mas é de maneira geral.

Aldir — Eu acho que além dos pais, o próprio Sindicato tem uma parte da culpa, porque ele parou, não houve esta integração entre filhos de associados. O Sindicato não se preocupava em trabalhar em cima do filho do associado. O pai, por sua vez, como no seu tempo o Sindicato não conseguiu a reforma agrária, ele parou de lutar por ela. Então, agora que o filho está indo para essas reuniões e chega em casa e fala: “Olha, era sobre sindicalismo, sobre reforma agrária, sobre problemas dos jovens”, então muitos pais não dão valor, porque pensam: “Já fizemos este movimento e não conseguimos nada. Para que fazer isto?” O pai acha que o filho também não terá acesso, como ele não teve. Muitos e muitos pais não valorizam, então, o trabalho dos jovens.

Muitas vezes, num encontro, a gente toca no problema da terra, do futuro do jovem na agricultura, ele na hora talvez não leve em conta, mas chega em casa e fica pensando, pensando, e num outro encontro ele pergunta, a gente volta ao assunto e ele apóia a idéia do jovem se reunir. Mas ele sente a desmotivação do pai.

Lisete — E tem outro problema: muitos pais pensam que estas reuniões são de recreação. Por isso, uma vez se surpreendem quando nos viram preparando os debates para o encontro municipal que teria na nossa localidade. E quando teve o encontro, muitos velhos foram lá assistir, ficaram de fora ouvindo, e depois então foi o comentário da localidade por um mês. Eles achavam que era recreação, um capricho da juventude, e quando viram que era coisa séria muitos se retiraram.

Cotrijornal — Qual foi o comentário dos pais?

Lisete — Eles falaram de tudo um pouco. Mas a maioria disse que era uma coisa legal e que a gente deveria continuar. Principalmente aqueles que tentaram fazer algo quando eram jovens, estes estão dando apoio para a gente, para ver se nós fazemos alguma coisa.

Elaine — Deu para sentir que os pais não querem toda a semana um encontro, eles vão proibir saídas tão seguidas. Mas se a gente fizesse um encontro por mês, seria mais fácil, porque aí os pais podem ter uma idéia do que os filhos fazem nos outros fins-de-semana, todas as semanas. Se é menos encontro, tem mais motivo pra ir, aproveitar mais o tempo.

Aldir — Um trabalho de jovens não pode ser apenas em cima dos jovens. Como a Lisete falou, que os pais que assistiram um encontro acharam uma coisa sensacional, acho que todo o grupo deveria ter um en-

troamento com os pais e com a turma adulta. Trabalhar junto, porque eles ficam de fora do nosso trabalho e não sabem da realidade o que está se fazendo. E aí só vêm críticas . . .

“A análise da própria situação pode levar o jovem à loucura”

Carlos — Muita coisa acontece talvez pelo despreparo de muitas pessoas. A gente tinha uma juventude que só discutia problemas de Igreja e a gente quer mudar isso de uma hora para outra não pode, porque não se está preparando para haver esta mudança. Já que a gente vai querer mudar, vai ter que argumentar também . . .

Aldir — No nosso grupo, que surgiu em torno da Igreja, a gente tinha medo de introduzir coisas de sindicalismo e cooperativismo, com medo do pessoal se retrain. Nós estamos unidos em torno da Igreja, tem que falar em sindicalismo, em cooperativismo?

Cotrijornal — Porque vocês introduziram estes assuntos, sindicalismo e cooperativismo, nas reuniões, que eram só da Igreja?

Elaine — Primeiro foram as reuniões junto ao Sindicato . . .

Lisete — Depois o próprio jovem tem necessidade de falar, não é só o problema da Igreja. Na nossa reunião, a gente notou uma série de assuntos que não tinha nada a ver com a Igreja.

Cotrijornal — Quais foram os problemas levantados?

Lisete — Uma série. Desde a questão da terra até o problema de ter de sair do interior a fim de procurar emprego na cidade . . .

Cotrijornal — Qual o problema que está preocupando vocês hoje? É não ter a terra para plantar?

Nelson — É uma preocupação nossa. Qual é o nosso futuro se a gente continuar na agricultura, se geralmente nem todos tem condições de estudar, ou vir para a cidade, trabalhar de dia e estudar de noite, só que não conseguindo emprego? Então, tudo isso é problema da terra. Faltou a terra, falta tudo. É a má distribuição dela, porque 80 por cento da terra está sendo explorada por 20 por cento da população, e os outros 20 por cento da terra por 80 por

cento da população. Então, como é que nós vamos conseguir viver? Por exemplo, nós podemos achar que ainda estamos bem, mas, e daqui para diante?

Cotrijornal — Todos os problemas surgem só em função da terra? Ou tem outra coisa ligada também a isso?

Carlos — Não, acho que o maior problema que tem é a terra. A gente fica pensando na agricultura, qual é o nosso futuro? Ser tudo marginal? Quem, por exemplo, tem uma colônia de terra e quatro filhos, como é que faz? Em nossa região aqui, o que é que a gente vai fazer com seis hectares de terra? De forma alguma o cara vai poder viver com isso. Ele tem que dar um jeito de estudar ou arrumar emprego aí para poder sobreviver.



Aldir Schneider, 23 anos

Moacir — Vamos supor que o pai tenha cinco filhos e 20 hectares de terra. Estão vivendo os cinco filhos junto com o pai, trabalhando em casa. O dia em que morrer o pai, morrer a mãe, dividem tudo e fica quatro hectares para cada um. Isso se morrem os dois velhos, porque se morrer só o pai, metade fica para a mãe, então são dois hectares para o filho. Tem que esperar a morte dos velhos, desejar a morte dos velhos, parece que é isso. Mas agora, com quatro hectares, o filho vai ter possibilidade de fazer alguma coisa, na época em que nós vivemos?

Cotrijornal — Quando morrem os pais, geralmente os filhos também já têm os seus filhos . . .

Moacir — Eu estou pensando isso como solteiro, nem falo nos casados. Agora me diga se vai haver possibilidade de casar com quatro hectares . . .

Mirko — Aí é que surge o medo do jovem em analisar a própria situação. E isso cria essa acomodação de que se falou antes. O jovem analisa e vê que se não mudar a situação fundiária . . . Ele tem até medo de analisar, porque as conclusões a que ele vai chegar o levam à loucura.

Cotrijornal — Faz como o avestruz, então?

Mirko — Enfia a cara na areia e fica. Esta é a situação: o jovem não participa. Eu acho que por causa disso e outro tanto por causa dos próprios meios de comunicação, que estão criando uma situação de comodidade na população brasileira.

Carlos — Estão construindo o brasileiro . . .

João — Acho que existe um outro fator que é importante salientar: a pouca participação em alguns grupos de jovens, que realmente ainda não sabem onde está a raiz do problema. Ele sente o problema, como

já disseram aqui, ele percebe, mas não sabe onde é que vai se agarrar para conseguir fazer alguma coisa. Alguns ainda não conseguiram perceber, talvez pela própria educação que eles tiveram na escola e na família. Não existe uma abertura e a própria televisão impede o diálogo entre pai e filho. O cara chega em casa na hora da novela e quer falar uma coisa, mas deve ficar quieto: “Deixa escutar isso, olha que coisa bonita que está passando”.

Desde a casa, não existe mais diálogo. E também na escola há uma certa bitolação. Então, realmente, este cara não consegue perceber onde é que está o problema dele, aonde pode recorrer para enfrentar a coisa.

Carlos — E o pessoal tem medo de falar essas coisas. Acho que até o adulto, a gente nota no Sindicato, que muitas vezes reclama, reclama, mas na hora de assumir as coisas, ele diz: “não sei de nada . . .”

Cotrijornal — Na hora da reunião, o pessoal fala ou tem medo?

Lisete — Estas coisas de novela, televisão, a gente debate. O grupo todo fala, todo mundo tem mais ou menos a mesma idéia. Aos poucos a gente vai falando, fazendo o jovem pensar até que ponto mesmo “eu sou culpado de chegar em casa e querer contar uma coisa e não ser ouvido porque a televisão está ligada”. O caso é que o jovem não é muito aceito em casa, pelos próprios pais. Ele não pode chegar e dizer: “Olha pai, eu tenho uma coisa para falar, vamos desligar esse negócio!”.

“A maioria vê o Sindicato só como assistência médica, social”

Carlos — Tem muita gente que nem percebe esse problema, porque não acha diálogo em casa, não lê jornal. Muitas vezes acho que falta um empurrão.

Célio — O problema é que muitos jovens nem pensaram nisso. E se a gente fala o problema, “olha, vamos pensar no nosso futuro, porque amanhã seremos nós que estaremos governando o município”, eles dizem: “Vamos deixar como está, ver como é que fica”. Ele tem medo de enfrentar a realidade. Ele vê coisas erradas: isto aqui está errado, aquilo ali também. Mas não sabe o que quer.

Mirko — Ele sente mas não sabe dizer.

Cotrijornal — Parece que é falta de preparação. Como é a formação dos jovens no meio rural, como é a escola?

Aldir — Quando eu participei da escola, a gente nunca falou sobre este assunto, nunca foi tocado o problema do colono, o problema do jovem rural. O professor simplesmente chegava e dava aula, todo mundo copiava e ia embora.

Carlos — Nunca ninguém perguntou: “Tem mais alguma coisa para saber?”. Tem aquele programa de aula e é dado aquilo ali. Se aprendeu, aprendeu; se não aprendeu, volta no ano que vem que é a mesma coisa de novo.

Júlio — No meu tempo, o professor não explicava que um dia ia ter dificuldade de terra. No meu tempo de colégio não se falava em falta de terra, de reforma agrária,



JUVENTUDE RURAL

de dificuldade de emprego, de que precisa de estudo para arrumar emprego. A gente chegava no colégio e despejavam um montão de matérias. O nego que se virasse.

Cotrijornal — Quais as matérias que davam no colégio?

Lisete — Português, matemática, estudos sociais, etc.

Carlos — E qualquer coisa que a gente tentava discutir eles diziam que não poderia sair para fora da aula. Um dia a gente falou sobre o caso do adubo-papel e daí o professor falou. Não explicou porquê, disse que o brasileiro é campeão para achar furo em lei. Mas então eu disse: acho que é campeão para fazer lei furada! Será que o cara é tão besta para dizer isso? Se o cara acha furo é porque a lei é furada . . .

Cotrijornal — Sobre a realidade de vocês não tinha nada?

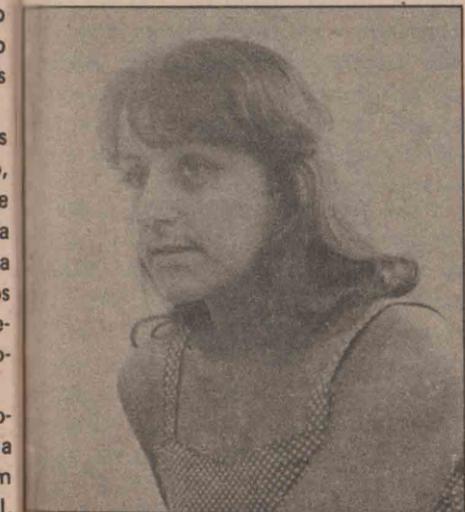
Nelson — Tinha a atividade agrícola, de ensinar a plantar. Mas isso a gente já sabia.

Lisete — O problema é que este negócio de escola tem de obedecer um programa da Secretaria de Educação, o professor tem que seguir aquele programa. Um que outro é que sai fora do programa. Nós tínhamos um professor e com ele se debatia tudo que é assunto. Mas era um professor, entre 16 que nós tínhamos.

Carlos — No ano passado, tinha uma parte de técnicas agrícolas. O professor pegava lá o jornal e lia. “Quem quiser trazer uma matéria na próxima aula, traz”, dizia. E eu levei um negócio de defensivos, desmatamento, ecologia. Então a gente debateu em cima disso aí. Tem é que ter esta chance de poder trazer uma matéria assim, debater isso, o que não acontece sempre.

Mirko — A gente pode observar, agora que estamos vendendo material escolar no Sindicato. Um dia destes apareceu um rapaz de 15 anos, que estava na sétima série e mostrou uma lista enorme de material. Eu comecei a ler: um pano de tantos centímetros de comprimento, uma agulha, dois botões, uma régua, lápis de cor e não sei mais o quê. Um rapaz de 15 anos estudando numa escola do meio rural! Então isso é não dar chance. Parece ser um negócio pensado, para fazer um brasileiro subjugado.

Nelson — O brasileiro já está conscientizado que não tem possibilidades, então já está preparando o lado, vai aprender a bordar . . . (risos)



Elaine Maria Bieger, 23 anos



Mirko Frantz, 22 anos



JUVENTUDE RURAL

Moacir — Até parece que eles ensinam já sabendo que o cara vai ter ir prá cidade... (risos)

Nelson — Eu estava aqui, no segundo ano de eletrotécnica, já ia para o terceiro ano mas não sabia ainda o que era eletrotécnica...

Cotrijornal — Voltando ao assunto de sindicatos. Que tipo de sindicato os adultos comentam em casa? Como instrumento de luta dos agricultores ou um órgão para dar assistência médica?

Carlos — Acho que o pessoal, uns 50 por cento ou mais, é sócio do Sindicato por causa da assistência. Eles não sabem o que é sindicato, porque se eles soubessem acho que talvez não seriam mais sócios. Mas talvez fosse melhor. Mas o Sindicato também foi usado. Por exemplo, o Sindicato tem que pegar dois funcionários para prestar uma assistência que teria de ser dada pelo Funrural.

Cotrijornal — A comunidade tem consciência de que o Sindicato está sendo usado? Que crítica o pessoal faz ao Sindicato?



Moacir José dos Santos, 20 anos

Nelson — Para muitos, o Sindicato não vale nada. Inclusive, sábado passado, quando nós estávamos distribuindo uns folhetos para a reunião que vai discutir o caso do filho maior de 18 anos que se torna empregado do pai, teve gente que disse na nossa cara que o Sindicato era uma merda. Ele realmente não sabe o que é Sindicato, ele usa a assistência e nada mais...

Aldir — Quando houve um tempo em que o Sindicato estava a fim de conseguir uma outra coisa que não assistência, na defesa do agricultor, os próprios órgãos governamentais levaram a assistência social para dentro do Sindicato, para com isso distorcer sua finalidade. Então, isso conseguiu com que o associado visse o Sindicato só como assistência social e não como um órgão de reivindicações.

Cotrijornal — Algum de vocês tem lembrança de como era o Sindicato antigamente, se o pai participava do Sindicato?

Aldir — Eu não tenho lembrança exata. Mas lembro que, quando tinha 18 anos, meu pai me fez associar no Sindicato, eu

nem sabia o que era. Mas ele sugeriu, disse que pagava e eu pensei: vou me associar. Mas ele não falou que era bom pela assistência. Então, no segundo ano, eu não tinha participação e pensei: mas porque, que benefício que eu tive, o que quero fazer lá? Aí o pai aplicou essa em mim, de que era bom por causa da assistência e por isso fiquei, aquela vez. Só depois, com o trabalho que foi feito, convidaram a gente a participar, daí que mudou a minha opinião.

João — Às vezes, conversando com gente antiga da região, a gente percebe que o Sindicato já começou mal. Porque a gente vê que o cara se associou no Sindicato e na realidade não sabia o que era. Inclusive, para as pessoas participarem, foi colocado que seria uma prestação de serviços, em termos de assistência. Ainda hoje, no caso do agricultor não ser sócio do Sindicato ele não recebe assistência, pois é o próprio Sindicato que dá a baixa hospitalar, o formulário aquele. É claro que, neste momento, o agricultor pensa que é o próprio Sindicato que está dando assistência e não distingue que são dois órgãos completamente diferentes, o Funrural e o Sindicato. Hoje, ainda existem muitos sindicatos que não dão assistência ao agricultor não associado, quando ele vai pedir. Então, a ligação é automática.

Carlos — Um dos problemas que a gente enfrenta é sobre a consciência do Sindicalismo. Quando ele surgiu, não surgiu por si, ninguém estava sabendo para o que era. Quer dizer, o Sindicalismo foi introduzido, como a maioria das coisas são introduzidas...

Moacir — A imagem do Sindicato estava meio duvidosa, algum tempo atrás, para muitos agricultores. Há uns dez anos, por exemplo, era aquele negócio de Frente Agrária Gaúcha. Então, o Sindicato fazia festas, se reunia em localidades, havia discursos, promessas (eu era novo mas lembro alguma coisa). E saiu alguma coisa disso? Não saiu. E aquela imagem ficou. Mesmo no caso de Assembleias da Cooperativas, tinha churrasco, festa, então vinha gente, famílias inteiras... E, hoje, só vêm à assembleia aquela gente consciente. Aqueles que vinham só por causa da festa não vêm mais. Então, os sindicatos estão com esse problema, da imagem que fica, e é difícil transformar. Mas eu acho que, aos poucos, vai se transformar isso.

Carlos — Eu acho que, hoje, tem muita gente que está tomando consciência do problema, e se voltando para os sindicatos. Tem muita gente que tá vendendo que as coisas mudaram, e estão assumindo.

“A Reforma Agrária está mal explicada para o agricultor”

Cotrijornal — Vocês tem idéia de por que o Sindicato fundado pelos pais não deu certo?

Nelson — Porque, em primeiro lugar, foi trazido de cima para baixo. Não houve uma preparação, não cresceu na raiz mesmo, que é o agricultor. Ele foi trazido quase que forçado, explicando-se que a finalidade era de assistência. Então um ou outro entrou, no início. E aí foram mostradas al-

gumas vantagens e os outros entraram por causa dessas vantagens, de assistência.

Carlos — Esse aí é um dos problemas. Eu pergunto: se o sindicato não tivesse sido introduzido, hoje ainda haveria sindicato?

Cotrijornal — Falar para o colono, hoje, em Reforma Agrária, é como dizer uma velha piada para ele. Qual é a idéia que o colono tem da Reforma Agrária?

Carlos — Ele sempre acha que a Reforma Agrária vai tirar o pouquinho que ele tem.

Nelson — Parece que ele vai perder o pouco de terra que ele tem.

Moacir — Eu vou contar uma história para vocês. Um dia destes, eu ouvi dois irmãos, que estavam assistindo a um jogo de futebol e falando disso. E um disse pro outro: “Mas isso aí não vai dar certo, porque quem tem um pouquinho de terra vai perder”...

Carlos — Eu acho que a diretoria do Sindicato deveria começar a ir para o interior e falar com os colonos sobre o assunto. Chegar lá e dizer: a Reforma Agrária é isso e não o que vocês estão acostumados a ouvir dos grandes proprietários, dos deputados e senadores.

Cotrijornal — Quem meteu na cabeça do colono essa idéia de que ele vai perder o pouco de terra que tem?

Mirko — Em boa parte é influência de certa campanha política. O candidato chega no interior e diz assim: “Tal partido está dizendo que é necessária a Reforma Agrária. Então, você concordam em perder seus 12 hectares e meio, por exemplo, para vir um vagabundo da cidade plantar em cima da tua terra e te mandar plantar lá pro Mato Grosso?” Isso eu já ouvi durante a campanha política, lá em Santo Cristo. E tenho certeza de que ainda hoje isso acontece no interior.

Lisete — O problema é o seguinte: se surgisse essa lei da Reforma Agrária, os próprios líderes sindicais deveriam ir aos núcleos e ouvir como o colono gostaria que fosse feita a Reforma Agrária, e partindo daí formar a lei. Porque os grandes políticos não vêm até aqui ver como é que o agricultor queria que fosse, e não eles lá em cima fazerem a lei? Eles estão muito longe da nossa realidade aqui.

Cotrijornal — Porque os políticos não vêm até aqui? Como foi a última campanha eleitoral, a do ano passado?

Nelson — Foi trabalhada em cima da agricultura, em cima dos agricultores.

Cotrijornal — Vocês chegaram a ir a algum comércio, ouviram o que os candidatos diziam?

Nelson — Todos diziam que, depois de serem eleitos, o Brasil não teria mais problemas.

Mirko — Uma das coisas que se ouvia muito era com relação ao Banco do Brasil, que foi muito usado. Eles diziam: “Imaginem, antes de 64 (sempre surge essa), quando vocês tinham crédito para comprar um trator? Só comprava trator o grande grangeiro. Você, com 12 hectares e meio, com 20, com 25 hectares, hoje consegue comprar um trator!” E o coitado do agricultor, que não está consciente e que sempre vai atrás de uma conversa dessas, ele pensa: “Pô, mas é verdade mesmo, eu com 12 hectares progredí, consegui comprar um tra-

tor!” Mas não vê que o processo em que ele está entrando é de se ralar. Hoje em dia ele está produzindo até em redor da casa para poder pagar o Banco do Brasil. Enquanto isso, o Banco está construindo sedes e mais sedes. E o agricultor, onde que é fica nisso? O filho do agricultor tá comprando propriedade com isso?

“Financiamento é só para máquinas. Não para um hectare de terra”.

Carlos — Um cara disse pra mim um dia desses: “O colono não tá com o dinheiro porque é burro. E passa fome porque quer...” Mas vejam só uma coisa, a política agrícola do Banco do Brasil. Há dois anos você conseguia financiamento pra comprar uma vaca? Não conseguia, tinha que fazer uma ‘vaquinha’ mesmo pra comprar uma vaca. E a mesma coisa com hortigranjeiros. Essa região aqui era só soja e trigo, soja e trigo. Agora, depois de duas frustrações seguidas, então, sim, agora tem dinheiro para plantar qualquer coisa. Quer dizer, os caras primeiro tem que sentir o pepino para depois então fazer alguma coisa.



Célio Schimanoski, 24 anos

Aldir — Há um tempo atrás, lá por 69, 70, o agricultor que conseguiu financiamento comprou máquina, trator, tinha uma área de 30, 40 hectares, comprou e pagou tranquilamente. Então, as firmas vendedoras chegavam e diziam: “Escuta, tu não quer comprar outra máquina? Outro trator? Tu tens 40 hectares de terra, tem crédito. Vamos no banco, eu te entrego hoje ainda a máquina”. E o agricultor ficava pensando: “Pô, mas eu posso comprar outra máquina, colher prá fora. Vou comprar, eu tenho crédito e é 100 por cento financiado”. Foi lá e comprou. Hoje, com esse trabalho de Contabilidade Agrícola que a Fidene está fazendo, está se vendo o excesso de máquinas que tem nesse interior, principalmente nas pequenas e médias propriedades.

Eu pergunto: porque não houve financiamento para comprar um hectare de terra? O agricultor não tinha dinheiro para comprar um hectare de terra, mas conseguiu comprar máquina, trator, que dava para uma colônia de terra, foi financiado. Então, o que eu acho que influenciou este tipo de crédito foram as multinacionais, porque são essas firmas que vendem as máquinas e tratores — e o colono só conseguia financiamento para com-

parar isso. O pequeno proprietário que quer comprar um hectare de terra, esse não tem um centavo de financiamento.

Mirko — Mas isso porque a terra não é das multinacionais. Porque se as multinacionais tivessem um loteamento de terra para vender, então tinha crédito.

Moacir — Um dia desses, eu estava conversando com um funcionário do Banco do Brasil e o cara, falando desse crescimento todo do Banco, disse que o agricultor brasileiro passa fome porque quer. Eu pergunto: será que ele, o funcionário do Banco, já sofreu alguma vez? Eu acho que não.



Julio Gabbi, 20 anos

“O agricultor ficou devendo. Mas o banco está lá em cima”

Nelson — O balanço final do Banco do Brasil acusou um lucro de 7 bilhões e pouco. Por isso que o funcionário lá diz que não existe miséria. Mas, nesse ano de frustração, por exemplo, o agricultor ficou devendo e o banco tá lá em cima...

João — O pior de tudo isso é que, geralmente, o problema que nós sentimos é consequência de um fato. E o que acontece hoje com os agricultores, tanto jovens como adultos, é que nós estamos conhecendo apenas aquele problema que é consequência de um fato, e estamos discutindo em cima disso. Mas, na realidade, o fato mesmo, dificilmente alguém conhece. Então, geralmente, o que acontece é que esses problemas são jogados em cima do Sindicato ou da Cooperativa, que são as coisas mais próximas. E eu acho que aí está um grande trabalho para a juventude: se unir cada vez mais e conseguir chegar até o fato,



João Frantz, 24 anos

conhecer o fato para ver porque surgiu este problema que nós estamos enfrentando hoje.

Cotrijornal — Falando de um fato concreto, então, que é o novo enquadramento sindical, esse que faz o pai virar patrão do filho. O que vocês pensam disso?

Odir — Eu acho que essa lei vai tocar o filho contra o pai. E acho que isso vai trazer muitos problemas para as famílias.

Mirko — Um dos problemas sérios que isso vai trazer é com relação aos encargos sociais que o pai vai ter que pagar para o filho. O pai não contribui para o Funrural como empregador (no caso do pequeno) e vai ser empregador do filho. Então, se ele não pagar o Funrural como empregador, ele não vai ter assistência. E como trabalhador também não pode ter assistência, uma vez que ele é empregador do filho. Ele vai ficar como um autônomo, que não tem contribuição mas também não tem assistência.

Cotrijornal — E o filho também não tem assistência?

Mirko — Não, o filho tem assistência pelo Funrural, como empregado.

Cotrijornal — O pai, então, fica, sem assistência?

Mirko — O pai fica sem assistência se não passar a contribuir como empregador, que é uma taxa muito maior, calculada anualmente.

Carlos — A gente vai ter que se unir e ver se consegue anular esse negócio. Aliás, eu acho que isso foi feito de propósito, para a gente se ocupar. Antes disso, o problema que nós tínhamos era o rebaixamento, o módulo rural ia passar de 25 para 20 hectares. Eles fizeram essa lei, baixaram o módulo, e nós ficamos debatendo isso enquanto se deixa para o lado outros problemas mais importantes. Agora vieram com essa lei do filho ser empregado do pai e a gente vai ficar discutindo isso. Eles mesmos procuram trazer preocupações para nós discutirmos e para acomodar o outro lado, para não discutirmos outras coisas.

“O enquadramento sindical vai jogar o pai contra o filho”

Cotrijornal — E porque o pessoal estaria fazendo essas leis?

Moacir — Eu tenho a impressão que fizeram essa lei pelo seguinte: primeiro, todo aquele que tiver propriedade igual ou maior que o módulo, vai ser empregador do filho, vai aumentar suas despesas, a sua contribuição para o Funrural, vai ter que pagar salário para o filho. Depois, eles baixam o módulo rural de 25 para 20 hectares, o que vai acontecer? Todo aquele que tiver 20 ou mais hectares também vai ter que pagar salário para o filho, aumentar a contribuição para o Funrural, etc. Como muitos agricultores não vão ter condições de pagar isso, eles vão acabar vendendo a terra. Eu acho que é isso que eles querem.

Cotrijornal — Mas qual o interesse em fazer isso?

Carlos — Eu acho que de novo é para enfraquecer os sindicatos. Os sindicatos dos



Odir de Moura, 17 anos

trabalhadores rurais estão se organizando e em função disso eu acho que o Governo veio com essa lei que é para diminuir o número de associados, diminuir a força dos sindicatos, para evitar de o Sindicato conseguir alguma reivindicação. Porque, com essa lei, mais da metade dos sócios do Sindicato dos Trabalhadores vai passar para o Sindicato dos Empregadores rurais. E a filosofia do empregador é completamente diferente da do trabalhador rural. Então, os dois sindicatos não vão poder trabalhar juntos.

Lisete — É, a lei vai acabar jogando um sindicato contra outro.

Célio — Além disso, essa lei vai trazer muitos conflitos familiares. Porque, com a lei, pode acontecer de o filho, quando chegar aos 18 anos, obrigar o pai a colocá-lo como empregado.

Mirko — E isso vai incentivar o pai a mandar o filho embora da propriedade e procurar outro emprego. Porque ele vai dizer: “Já que sou obrigado a ser teu empregador, acho melhor você tentar um outro emprego”.

Célio — Lá em Ajuricaba vai acontecer muito disso. Quando o pai tem muitos filhos, assim que o mais novo está perto de completar 18 anos, ele diz: “Olha, vai procurar outro emprego, fora daqui, enquanto nós vamos nos virando por aqui”.

Cotrijornal — Bem, por enquanto, a resolução que rebaixava o módulo está em banho-maria. Mas a 113, essa do pai ser patrão do filho, essa continua.

Aldir — Outro problema que nós jovens enfrentamos é que quem ouve uma discussão nossa, acha que nós estamos contra a atual situação. Eles não nos enxergam como enxergam o Sindicato, por exemplo. Então, quando a gente tenta mostrar alguma coisa que está errada e tem alguém da Arena por perto, eles rebaixam a gente, fazem tudo com o jovem para ele ficar quieto.

Célio — É, lá em Ajuricaba também. A maioria é da Arena e eles acabam rindo do jovem. Quando o jovem tenta levantar algum problema numa reunião, os mais velhos entendem que ele está agindo contra. Então eles dizem: “O que querem esses guris aí, recém começando e querendo impor lei nova, a gente tá lutando há tanto tempo e não consegue nada, e vocês vêm com essas idéias subversivas aí...”

Carlos — É, eu acho que eles tinham que entender que a gente não tá discutindo política partidária, nem queremos saber, o nosso objetivo é outro.

Cotrijornal — E o que os pais estão achando dessa lei do enquadramento sindical?



JUVENTUDE RURAL

Aldir — Os pais são contra. Inclusive em algumas reuniões eu vi pais pedindo para os filhos assinarem os abaixo-assinados contra a lei.

Lisete — E aí volta para aquilo que eu falei. Os pais pediram para os filhos assinarem e pronto. E depois, quando os jovens foram ver melhor a lei, disseram: “Poxa, mas eu assinei contra mim”. Por isso é que eu digo que em vez de retirar a lei, deveriam modificar alguns pontos.

“Se levantamos algum problema, pensam que somos subversivos”

Cotrijornal — Mas o que seria vantajoso para o filho nessa lei?

Lisete — Bem, eu não estou bem lembrada agora, porque não participei diretamente das discussões, só ouvi o pessoal falar. Mas o fato é que, com essa lei, eles teriam segurança, tendo a carteira assinada e tudo. É uma segurança para o jovem, e o jovem precisa de segurança.

Mirko — Eu sempre digo o seguinte: quando o pai tem 50, 100, 200 hectares de terra, então é vantagem para o filho. Mas o cara de 25 hectares, será que ele assinando a carteira do filho vai trazer mais segurança para o filho? Ele não vai conseguir comprar terra, vai trazer mais despesa para a família porque o pai vai ter que pagar uma contribuição sindical maior, vai ter que pagar uma taxa extra de Funrural. Na parte da legislação, não vai trazer nenhum benefício para o filho. Porque, depois que ele trabalhou 10 anos, se o pai tiver que indenizar, mais do que a propriedade ele não vai pagar. E se são muitos filhos...

Carlos — Eu quero saber uma coisa: que segurança é essa? Como é que pode ter segurança se, por exemplo, dá uma frustração de safra e o pai não consegue pagar? Que segurança é essa? O filho vai botar o pai na Junta? (risos)

Nelson — É, aí o pai paga e depois o filho empresta para o pai. (risos).

Carlos — Vai pagar com o quê? (risos)



Lisete Maria Mardski — 16 anos

A ESCOLHA É SUA: PREÇO MÉDIO SOJA DEPÓSITO SOJA FUTURO

A Cotrijuí incluiu algumas alterações nas modalidades de comercialização da safra de soja deste ano. A principal delas se refere a abertura de um mercado futuro, pelo qual alguns associados já optaram antes mesmo do plantio, assinando um contrato com a Cooperativa para a liquidação de parte de seu produto à partir de maio. Aqui estão as resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março onde se explicam as três modalidades de comercialização (PREÇO MÉDIO, PREÇO DO DIA e SOJA FUTURO) e as condições de recebimento.

No momento de entregar o produto na Cotrijuí, você diz o que quer:

1 — Entregar o produto à Cotrijuí, com direito a adiantamento por conta, para receber o PREÇO MÉDIO obtido pela Cooperativa em sua comercialização, ou

2 — Depositar a soja na Cotrijuí, sem direito a qualquer adiantamento, para liquidá-la ao PREÇO DO DIA ou comercializá-la livremente fora da Cooperativa, ou, ainda,

3 — Entregar seu produto à Cotrijuí mediante um preço previamente fixado, optando por cotações nos meses de maio, junho e julho, configurando a modalidade SOJA FUTURO.

No primeiro caso, o associado se beneficia da experiência adquirida pela Coope-

rativa na comercialização da soja e de seu conhecimento de mercado.

No segundo caso, o associado comercializará livremente sua produção.

No terceiro caso, o associado poderá optar pela comercialização de um percentual da safra prevista, mesmo antes da colheita (30 por cento da entrega do ano anterior), mediante assinatura de contrato com a Cooperativa para liquidação em maio, junho ou julho.

Se você já se beneficiou desta última modalidade e, após cumprida a entrega total à Cooperativa do produto assim contratado, desejar fazer novas comercializações para recebimento futuro poderá fazê-lo em qualquer quantidade, desde que a soja da nova comercialização já tenha sido entre-

gue em qualquer um dos armazéns da Cooperativa.

Para tanto, bastará a assinatura de novo contrato, indicando o volume e mês da opção para liquidação.

Claro que você pode usar as três modalidades, entregando parte da produção a PREÇO MÉDIO, parte a SOJA DEPÓSITO e parte SOJA FUTURO.

Mas sua escolha — feita na entrega do produto — é definitiva e não poderá ser modificada.

É importante: todo produto entregue na Cotrijuí, APÓS O DIA 10 DE JUNHO, será considerado SOJA EM DEPÓSITO.

COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA

Aprovada em reunião do Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 1974, 27 de janeiro de 1975, 15 de março de 1976, 17 de janeiro de 1977, 9 de janeiro de 1978 e 19 de março de 1979.

4 — Se no momento da entrega nada constar na NOTA FISCAL DE PRODUTOR, e ainda estiver dentro do prazo determinado pela presente resolução, a soja será considerada na modalidade PREÇO MÉDIO.

5 — SOJA PREÇO MÉDIO — COMERCIALIZAÇÃO PELA COOPERATIVA: é a modalidade que vem sendo usada nas últimas safras e consiste:

5.1 — na entrega da soja com direito a receber o adiantamento por conta do produto entregue;

5.1.1 — considera-se como "Adiantamentos", vinculados, obrigatoriamente, a produto na modalidade PREÇO MÉDIO, os seguintes:

5.1.2 — Adiantamentos em dinheiro, concedidos diretamente ao associado, em qualquer dos escritórios da Cooperativa, mediante a assinatura de recibo especial;

5.1.3 — Pagamentos realizados a companhias de aviação aérea, por serviços prestados em pulverização na (s) lavoura (s) do associado (s), mediante solicitação e autorização deste (s), independente de sua assinatura no recibo especial.

5.1.4 — Recolhimentos efetuados ao Banco do Brasil S.A. ou qualquer outro banco, quando solicitados por esses, para cobertura de débitos de responsabilidade do associado, independente de sua assinatura em qualquer autorização especial.

5.2 — No ressarcimento à Cooperativa, através de débito em conta corrente do associado, de despesa financeira que incidir sobre o adiantamento retirado, que é calculada considerando o valor e o tempo decorrido desde o recebimento do adiantamento até a data da liquidação da safra pela Cooperativa.

5.3 — No recebimento do preço médio apurado pela comercialização efetuada pela Cooperativa.

6 — SOJA EM DEPÓSITO — LIVRE COMERCIALIZAÇÃO. A presente modalidade consiste:

6.1 — Na entrega da soja sem direito a adiantamento de qualquer espécie;

6.2 — a soja assim comercializada poderá ser liquidada ao PREÇO DO DIA, desde o dia de sua entrega;

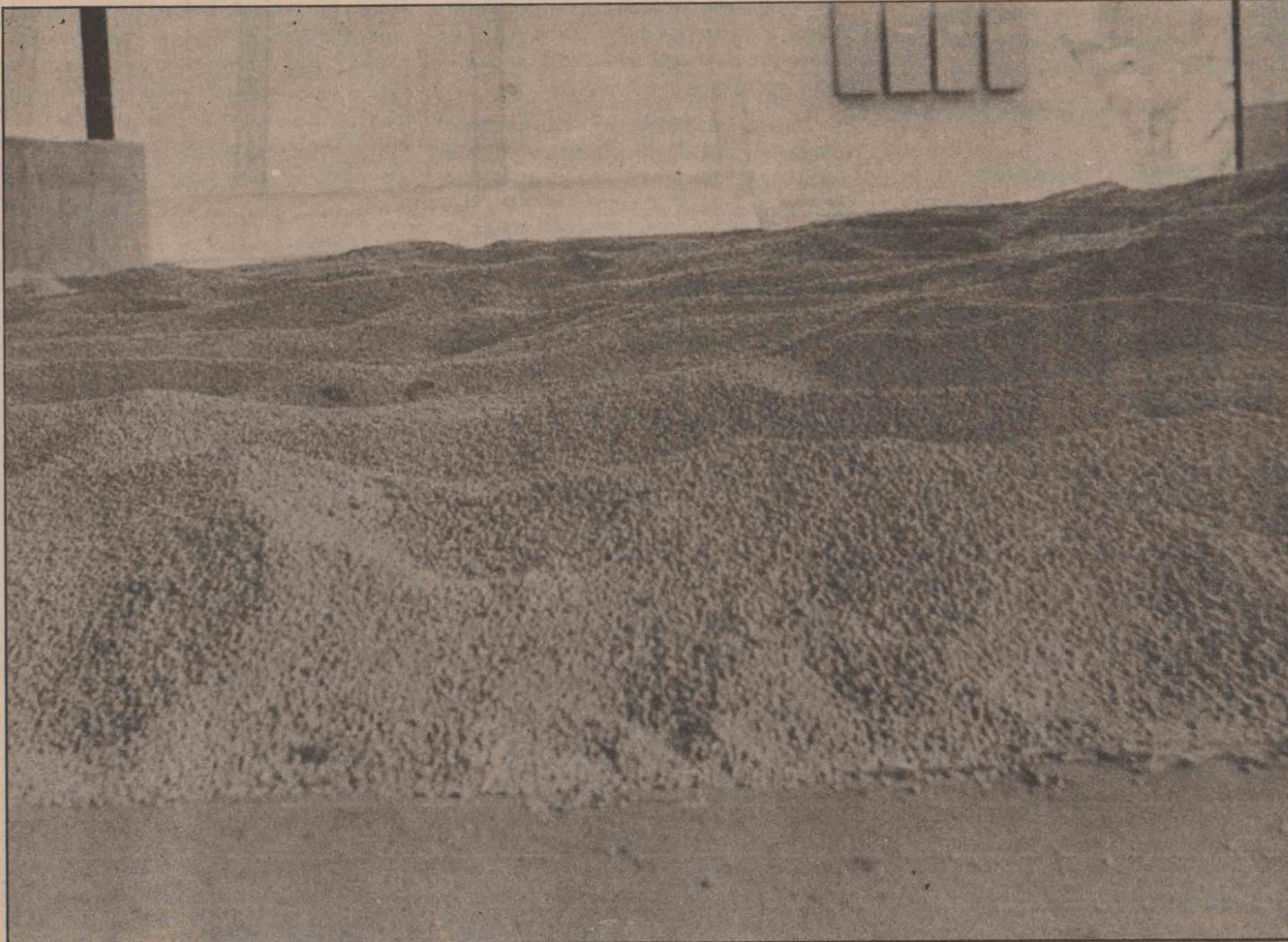
6.3 — O associado que não julgar conveniente o valor do preço do dia oferecido pela Cooperativa, no momento em que desejar efetuar a liquidação da soja depositada, fica autorizado a efetuar a comercialização fora da Cooperativa, INDENIZANDO-A por despesa de recebimento, limpeza, armazenagem, embarque e a capitalização, conforme tarifa anexa (item 9), que será atualizada por ocasião de cada safra, e procedendo da seguinte maneira:

6.3.1 — Comunicando por ESCRITO à Cooperativa, que sua soja foi comercializada com tal firma, preenchendo o documento próprio para esta finalidade, a ser fornecido pela Cooperativa;

6.3.2 — A Cooperativa se responsabilizará pela entrega da soja nos armazéns em que a mesma estiver depositada, cobrando as despesas constantes no ítem 6.3 da presente resolução.

7 — COMERCIALIZAÇÃO SOJA FUTURO. A presente modalidade consiste em:

7.1 — o associado terá duas hipóteses para liquidar sua safra na modalidade soja futuro, ou seja:



A produção pode ser entregue parte em preço médio, parte em depósito e parte em soja futuro.

UM APOIO TÉCNICO ÀS COOPERATIVAS

No dia 7 de março, em Brasília, foi criada a Fundação Brasileira de Cooperativismo, (Brascoop), entidade privada que dá apoio técnico e estatístico a todo o sistema cooperativista nacional. A idéia da criação da Brascoop partiu das próprias cooperativas, que sentiram a necessidade de um órgão de apoio técnico independente do Governo.

"A criação de uma entidade como a Brascoop, é uma antiga reivindicação de estados como o Rio Grande do Sul e São Paulo, que dão maior contribuição e não tem o peso correspondente na hora das decisões", disse o presidente da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (Ocergs), Seno Drehyer, ele próprio eleito para a primeira diretoria da Brascoop.

A Brascoop, segundo Seno Drehyer, deverá atuar em áreas técnicas, como, por

exemplo, o crédito: "O governo destina um determinado volume de recursos às cooperativas e outro aos associados, diretamente, mas não contamos com estudos para mostrar corretamente, quais as necessidades de uns e outros". Este tipo de trabalho, portanto, deverá ser feito pela Brascoop. Ela também irá realizar serviços de auditoria para as cooperativas: "A Brascoop pretende autofiscalizar o setor para evitar problemas", lembra o presidente da Ocergs.

A primeira diretoria da Brascoop, em eleição realizada no dia 7 de março, ficou assim constituída: presidente, Sérgio Vasconcellos de Souza, da Organização das Cooperativas de Minas Gerais; vice-presidente, Seno Drehyer, da Ocergs; segundo-vice, Apolonio Figueiras do Ceará; e, como diretores, Benjamin Smidt, do Paraná, e João Rodrigues Alkmin, de São Paulo.

II Seminário Central de Funcionários

BUSCA DE DEFINIÇÕES

Estava todo mundo com dor de cabeça depois que acabou o II Seminário Geral de Funcionários da Cotrijuf, realizado nos dias 15, 16 e 17 na sede da Afucotri (Associação dos Funcionários). Mas não era para menos. Foram dias de trabalhos em grupo, debates, formulação de idéias e sugestões, quando foram reunidos a diretoria e representantes das unidades de recebimento e de cada setor, procurando uma integração geral e a busca definições que visavam a política global da Cooperativa.

Este Seminário foi uma continuação daqueles realizados durante 1978, tanto nas Universidades da Cooperativa, como nos seus setores e os Seminários de Associados. Se discutiu a necessidade uma maior consciência cooperativista, tanto entre os associados como entre os funcionários, para que efetivamente se tenha uma visão maior do que repre-



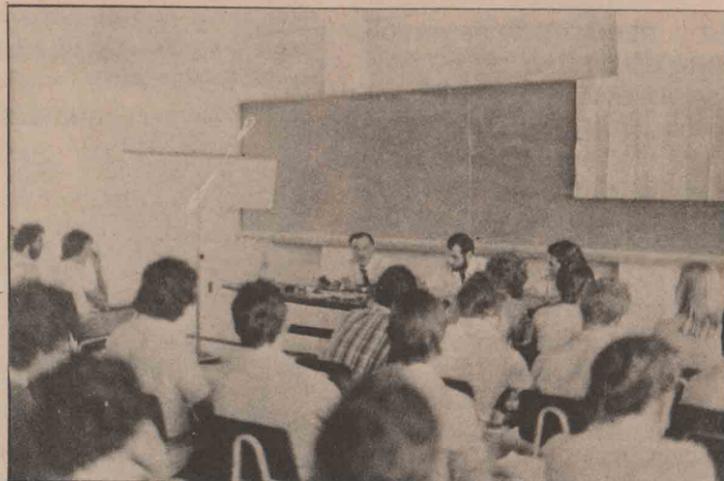
senta este movimento; como estruturar o poder na Cooperativa, para que na realidade aconteça uma maior participação nas decisões; a necessidade de um desenvolvimento maior na área de Comunicações, para que se possa acompanhar o que acontece na Cooperativa.

Estes três problemas são muito interligados, surgindo então a colocação: "a participação nas decisões só acontecerá mais efetivamente existindo uma verdadeira consciência do que é o Cooperativismo (ou ainda a consciência existe a partir da participação nas decisões). Mas consciência e participação não existe sem existir comunicação, informações".

Os temas abordados ain-

da estavam relacionados aos problemas mais imediatos dos associados, como a descapitalização, o êxodo rural, saúde, educação, habitação. O que fazer para superar isso? Incentivar a diversificação de culturas (cuidado para garantir mercados) pode ser uma solução. O crédito melhor orientado outra. A tentativa de modificação da estrutura fundiária, através de projetos de colonização cooperativista, mais uma. Falou-se ainda na integração produção-consumo, surgindo sugestões para que se abra as lojas e mercados cooperativos para o público em geral, e se incentive a vinculação de cooperativas singulares a centrais de consumo.

Fearroz PREENCHENDO VAZIOS



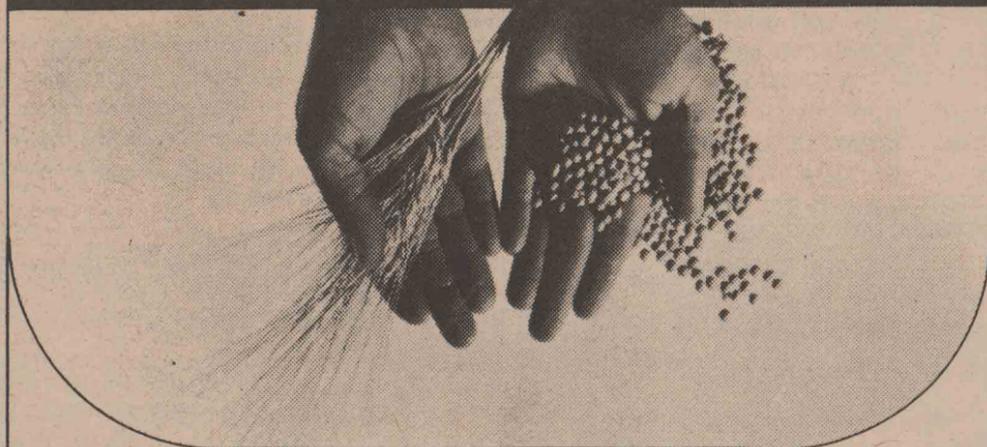
O que se sabe de arroz aqui nesta região, praticamente tomada apenas por lavouras de trigo e soja? Pouca coisa ou absolutamente nada. Alguns conhecem aquele arroz de sequeiro, que não representa nem um por cento da produção gaúcha.

Pois foi para dar uma visão do que é lavoura arrozeira, e qual a infra-estrutura que ela exige, que Homero Pêgas Guimarães, presidente da Fearroz (Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul), veio dar uma palestra na primeira aula do curso de Administração Rural da Fidene

(Fundação de Integração e Desenvolvimento do Noroeste do Estado).

O pessoal estava muito interessado em saber também o que afinal faz a Fearroz. Homero explicou então: até dois anos atrás a Federação era um órgão apenas político. Mas chegou uma hora em que foi preciso preencher vazios que existiam na venda do produto. Daí a Fearroz resolveu entrar também na parte da comercialização, aproveitando melhor a produção e auxiliando suas federadas, que são atualmente 37 Cooperativas (a Cotrijuf é uma delas).

**Rogodial
veio pra acabar com
a maior praga da lavoura:
o desperdício.**



A maior praga que pode dar na lavoura é, todo fim de safra, você ver sobrar um defensivo que só serve pra uma cultura. Por isso, a Montedison desenvolveu um produto que acaba com o desperdício: o Rogodial. Composto de dois inseticidas fosforados: Rogor (Dimetoato) e Cidial (Fentoato), Rogodial é um produto completo, que defende tanto a cultura de soja quanto a de trigo. Você não precisa ficar fazendo misturas de tanque para combater as pragas dessa dobradinha. E não é só isso. Rogodial também

tem baixa toxicidade para quem aplica. Por isso, a primeira coisa pra quem vai plantar soja e trigo é comprar Rogodial. Com Rogodial nessa dobradinha, a única coisa que sobra no fim da safra é dinheiro no seu bolso. Para maiores esclarecimentos, consulte a Montedison ou o Departamento Técnico da sua Cooperativa.

**Divisão Agrícola
MONTEDISON
DO BRASIL LTOA**

Av. República do Líbano, 1.921 - São Paulo - SP.
Telefones 70-4016.549-9333. Telex 011-22731.

Nota: O Rogodial é encontrado com a marca Dimetoato 15 + Fentoato 35 CE Biagro, da Biagro Velsicol.

AGRICULTOR: Observe sempre o intervalo recomendado entre a última aplicação dos produtos químicos e a colheita de sua lavoura.

O INVERNO E A QUEDA NA PRODUÇÃO

As acentuadas variações climáticas que se verificam entre o inverno e o verão, particularmente nos estados do Sul do Brasil, deram à produção leiteira dessa região uma característica indesejável, que é a tradicional quebra na produção de inverno.

Em algumas bacias leiteiras, essa quebra supera a marca de 50 por cento, em relação à produção de verão, gerando uma cadeia de problemas que se estende desde a propriedade rural até o ciclo final da produção, que é a distribuição do produto à população. A nível de propriedade verifica-se uma quebra da média de produção por animal, o que representa um aumento do custo do leite produzido, a diminuição dos retornos econômicos e, conseqüentemente, uma desvalorização do trabalho. Também o transportador, que opera nas linhas de coleta, é afetado de forma direta pela acentuada redução da produção leiteira no inverno. Ocorre que, cumprindo o mesmo roteiro percorrido no verão, mas transportando menores quantidades de leite, os freteiros têm os seus custos aumentados de forma significativa. Isso implica na necessidade de se efetuar reajustes nos preços do transporte, a fim de se manter a linha de coleta economicamente possível. Mas talvez seja junto à indústria de beneficiamento do leite que os reflexos negativos da quebra de produção se façam sentir de forma mais aguda, já que com as mesmas despesas de equipamentos, energia, pessoal, transporte e administração, comercializa, de um modo geral, uma parcela bem menor do que aquela comercializada no verão. Isto, evidentemente, provoca enormes prejuízos para o setor industrial, além de criar sérios obstáculos para a consolidação do produto no mercado distribuidor.



Em pastagem como essa, a produção leiteira cai.

NEM FATALIDADE, NEM INCAPACIDADE

Feitas estas considerações sobre as conseqüências da quebra da produção leiteira no inverno, passamos para a análise dos fatores determinantes desse problema. Em primeiro lugar, é válido afirmar que não se trata de uma fatalidade imposta pela natureza, nem tampouco da incapacidade das vacas em produzir leite sob temperaturas baixas. Na verdade, a causa maior está num problema elementar: o inadequado manejo alimentar a que normalmente é submetido o rebanho leiteiro durante o inverno. Ao contrário do que muitos produtores pensam, a aptidão produtiva das raças leiteiras de grande porte, como é o caso da holandesa, é muito maior no inverno, sob temperaturas baixas, do que no verão. A pesquisa técnica tem demonstrado que as baixas temperaturas não têm absolutamente nenhum efeito sobre o rendimento leiteiro, desde que se alimente as vacas de modo, a possibilitar a energia necessária para a manutenção da temperatura corporal.

MAIS LEITE NO INVERNO DO QUE NO VERÃO

Está perfeitamente comprovado que a melhor faixa de temperatura para a produção leiteira está situada entre os 4,5°C e os 24°C, desde que se ajuste a alimentação dos animais a suas reais necessidades de consumo. Na medida em que a temperatura ambiente aumenta a partir dos 24°C, o consumo de alimentos diminui naturalmente, e por conseqüência, é reduzida a produção leiteira. Este fato o produtor pode comprovar facilmente, ao observar que, durante o verão, nas horas de temperatura ambiente mais elevada, os animais param de consumir alimentos e buscam o abrigo das árvores, voltando a pastar somente no

fim da tarde e à noite, quando a temperatura se torna mais amena. Ora se considerarmos que a produção leiteira é uma conseqüência da quantidade e da qualidade do alimento consumido, e se no inverno o animal come muito mais do que no verão, poderemos obter maiores produções no inverno, desde que proporcionemos uma alimentação mais abundante no rebanho leiteiro.

Nesta região, conforme já foi salientado, os maiores níveis de produção leiteira são obtidos nos meses de verão o que, em princípio, parece contrariar ao que acabamos de expor. Na realidade, há duas explicações lógicas para esse fato. Em primeiro lugar, as forrageiras que utilizamos para os meses da estação quente produzem um maior volume de massa verde do que as forrageiras de inverno, o que determina uma maior oferta de alimentos no verão. Em segundo lugar, tradicionalmente os produtores programam a cobertura ou inseminação da maior parte do rebanho de tal modo que as vacas começam a produzir na primavera chegando ao inverno já em final de lactação. No entanto, no momento em que estruturamos melhor o esquema alimentar do inverno pelo plantio de maiores áreas de forrageiras de estação fria (aveia, avevem, trevos, etc), e utilizarmos os excedentes de forrageiras produzidos no verão, através dos processos de fenação e ensilagem, e ainda associarmos a essas práticas um esquema de reprodução melhor distribuído durante o ano, obteremos, sem dúvidas, produções de inverno iguais ou superiores as de verão.

NIVELAR A PRODUÇÃO

Apresentado o problema e sugeridas as soluções, cabe ao produtor leiteiro, seguindo a orientação técnica, assumir um posicionamento concreto frente a questão e buscar os meios mais eficazes para nivelar a produção de inverno à do verão. Será mais vantajoso aumentar a produção de inverno do que submeter-se às imposições oficiais, como a Portaria nº 40/78 emitida pela SUNAB, que autoriza a indústria de laticínios operar no sistema de leite cota e leite excesso. A este recurso legal fatalmente terão que recorrer todas as indústrias de laticínios, particulares ou cooperativas, a fim de reduzir seus prejuízos durante o inverno.

DICAS TÉCNICAS

FINANCIAMENTO

Definidas as linhas de crédito para financiamento de custeio da lavoura de trigo. O valor financiável será de Cr\$ 4.276,80 (quatro mil, duzentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta centavos) por hectare, equivalente à produtividade de 22 sacos/ha, para as lavouras sem tratamento contra as doenças fúngicas. As lavouras com tratamento de fungicidas poderão ser financiadas até Cr\$... 5.248,80 (cinco mil, duzentos e quarenta e oito cruzeiros e oitenta centavos)/ha, o que equivale a uma produtividade de 27 sacos por hectare.

PROAGRO

Associados com prejuízos em suas lavouras de soja deverão comparecer ao Departamento de Crédito da unidade ou ao Banco em que efetuaram seus financiamentos, para fazerem a declaração de prejuízo.

FORRAGEIRAS

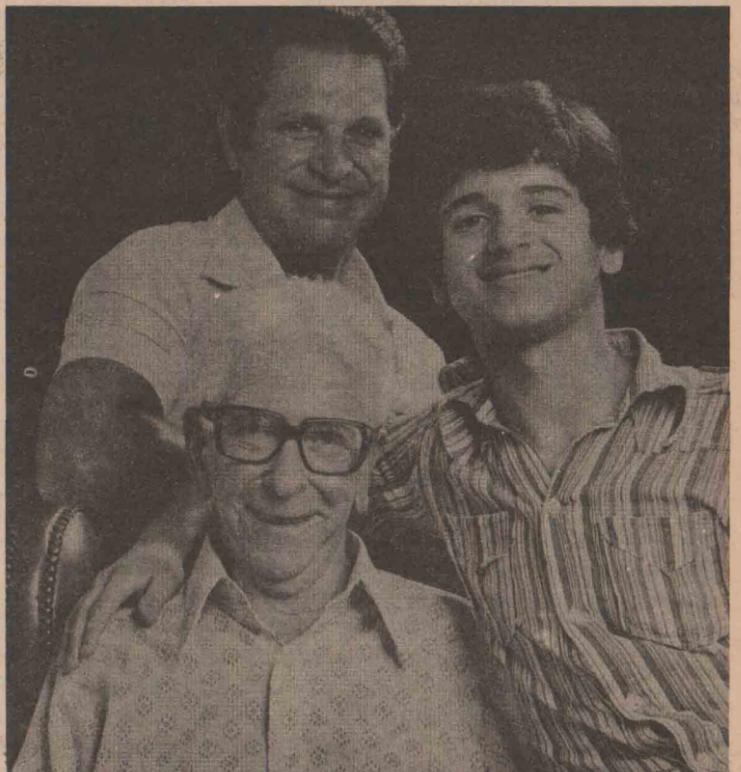
Neste mês de março, inicia o plantio das forrageiras de inverno destinadas ao pastoreio. Os agricultores interessados podem adquirir ou reservar, desde já, suas sementes de Aveia, Centeio, Avevem e Trevos, na Cotrijuí.

Os tradicionais produtores de sementes de forrageiras de inverno devem providenciar na sua inscrição junto ao Departamento Técnico, e, também, na reserva das sementes pretendidas, o quanto antes.

Para o plantio de forrageiras, seja para a produção de sementes ou para o pastoreio, o associado poderá obter financiamento pelo Repasse-Cotrijuí ou diretamente do Banco do Brasil. Em ambos os casos, os orçamentos podem ser elaborados no Departamento Técnico da Cooperativa.

LEITE

Está cientificamente provado que podemos obter maiores produções de leite no inverno que no verão, bastando para isso que haja alimentação (pastagens) de qualidade e em abundância. Estabeleça neste inverno pastagens de Avevem, Aveia e Centeio, e garanta a produção dos seus animais.



Em nome do pai, do filho e do neto.

1929, Seu Aristides, o pai, completava 25 anos. A Samrig estava começando. Eram tempos difíceis. Seu Aristides recém-tinha casado e sentia em cheio todo o impacto da crise daquele ano, mas nem por isso se amedrontava. Nem a Samrig. Num molinho em Porto Alegre e com capital inicial de "12 mil contos de réis", a Samrig começava a produzir farinha de trigo. E a frequentar a mesa de Seu Aristides todas as manhãs. Hoje, 50 anos depois, muita coisa mudou na vida de Seu Aristides. E da Samrig.

Seu Aristides criou um filho, viu nascer seu neto, se aposentou. A Samrig cresceu, foi pioneira na transformação de soja no País e hoje possui o maior parque de processamento integrado de soja da América Latina. Mas a antiga e silenciosa presença à mesa de Seu Aristides continuou firme e constante. Transformando soja desde o grão em produtos de qualidade insuperável, a Samrig participa da vida diária de milhares de pessoas, tornando-a mais saudável e mais feliz. Há três gerações de brasileiros. Como o Seu Aristides, seu filho e seu neto.



Há 50 anos participando da vida de nossa gente.

PERDER É INEVITÁVEL?

Dois agricultores e um agrônomo falam do problema

Todo ano é sempre a mesma coisa: na hora da colheita, o produtor perde um bocado de soja. Os motivos das perdas, quase sempre, são máquinas mal reguladas, alta velocidade, vento forte demais, desnível no solo. Os técnicos repetem essas causas freqüentemente, e a maioria dos produtores já as conhece. Mas sempre acontecem perdas.

"De sete a oito sacas por hectare, sempre se perde. Por mais que regule a máquina, não tem jeito. Eu pelo menos não conheço máquina que não bote fora. Eu acho que esse perdido já é das almas", diz Juarez Muraro, agricultor de Ijuí.

Certo, sempre vai haver um pouco de perda na colheita. Mas o impressionante é saber que, atualmente, segundo estudos de muitos técnicos, as perdas na colheita chegam quase a 20 por cento, o que já é demais.

"Podemos reduzir essas perdas



Muraro: "O perdido já é das almas"

para 3 por cento, desde que se tenha bons conhecimentos sobre as colheitadeiras utilizadas", lembra Wolney Viau, engenheiro agrônomo da Cotrijuí.

Vitorino Luis Tiecher, agricultor de Alto da União, também tem a mesma opinião do técnico:

"Eu acho que uns 5 por cento todo mundo perde. Mas conheço agricultor que perde mais do que isso, todos os anos, porque a máquina não está bem regulada ou limpa".

ATÉ A ESCRITURA

Se nos anos normais é assim, imaginem este ano, quando a soja está baixinha. Se a máquina não estiver reguladinha, até a escritura da terra pode vir junto. Vai ser necessária uma boa regulagem nas colheitadeiras, seguindo à risca as instruções técnicas.

O agrônomo Wolney lembra que pode haver até cinco tipos de perdas diferentes: por vibração, por duplo corte, na resteva, por acamamento e perdas de trilha e separação.

"A perda por vibração ocorre em função da má regulagem da navalha de corte e baixo teor de umidade do grão. A navalha mal regulada faz um corte irregular e com bastante vibração, o que provoca a debulha e perda do grão. Isso pode acontecer quando a navalha estiver folgada demais, ficando solta nas guias. Não se deve esquecer que a folga vertical e horizontal da navalha de corte deve ser de 1 milímetro e meio", recomenda ele.

Já as perdas por duplo corte, que podem chegar a 31 por cento do total, estão diretamente relacionadas com o Molinete. Este ano, como a cultura está baixa e sem folhas, o Molinete deve ficar bem baixo e para trás.

A função do Molinete é fazer com que o material cortado caia para dentro da plataforma e seja trazido pelo caracol, para ir ao sistema de trilha pelo túnel transportador. Se o material não foi colocado imediatamente após o corte, vai acontecer o duplo corte.

"Para que o Molinete realize seu trabalho", diz Wolney, "além do correto posicionamento é necessário que tenha uma velocidade adequada. Essa velocidade tem que ser de 15 a 25 por cento maior que a velocidade da máquina".

RESTEVA

As perdas da resteva são aquelas ocorridas porque o terreno é irregular e porque a unidade de corte e apanha está mal regulada. A irregularidade quase sempre é proveniente do mau preparo do solo ou do seu uso inadequado. Se ele não for bem preparado e conservado, as águas das chuvas abrem valas que dificultam a colheita e causam muitas perdas.

Mas o terreno também pode ter ficado irregular durante a semeadura, em função do sulcador ou de capinas mecânicas que provocam um amontôo de terra nos pés das plantas. "Por isso", aconselha o



Wolney: "Podemos reduzir as perdas"



Vitorino: "Tem que levantar cedo"

agrônomo. "deve-se colher sempre seguindo as curvas de nível e no sentido das linhas da cultura".

Quanto à unidade de corte, é preciso cuidar para que a plataforma não esteja cortando muito alto e deixando vagens de soja na resteva. E não se venha dizer que esta ou aquela variedade de soja é baixinha demais: "Quase todas as variedades possuem altura de inserção da vagem suficiente para o trabalho das automotrizas", diz Wolney.

Vitorino Tiecher lembra ainda o outro lado da operação: "Operar a máquina não é só saber dirigir. Tem que ter ouvido para o movimento, ver e ouvir o jeito como a máquina está batendo".

LEVANTAR CEDO

O agrônomo Wolney Viau fala ainda das perdas de trilha e separação, que ocorrem na combinada:

"A causa maior destas perdas é um fluxo de ar inadequado. E isso pode acontecer se houver peneiras mal reguladas, falta ou excesso de trilha, vento forte ou fraco demais vindo do ventilador".

Na prática, é muito fácil saber se há alguma coisa errada com a combinada. "Basta olhar para dentro da combinada, por trás, e ver se a peneira tem igual quantidade de material em toda a sua extensão. Se estiver mais limpa numa ponta é sinal de que por ali a corrente de ar é mais forte".

Finalmente, é Vitorino Tiecher, com 17 anos de experiência em colheitadeiras, quem dá o último conselho:

"Uma coisa é certa: tem que levantar cedo e limpar a máquina todo o dia, principalmente no cilindro e no côncavo. Senão, aquilo ali vira num queijo, de tanta terra que entra. Nós aqui levamos de três a quatro horas por dia, durante a colheita, só para limpar e lubrificar a máquina".

12 conselhos para evitar perdas

AO INICIAR A COLHEITA:

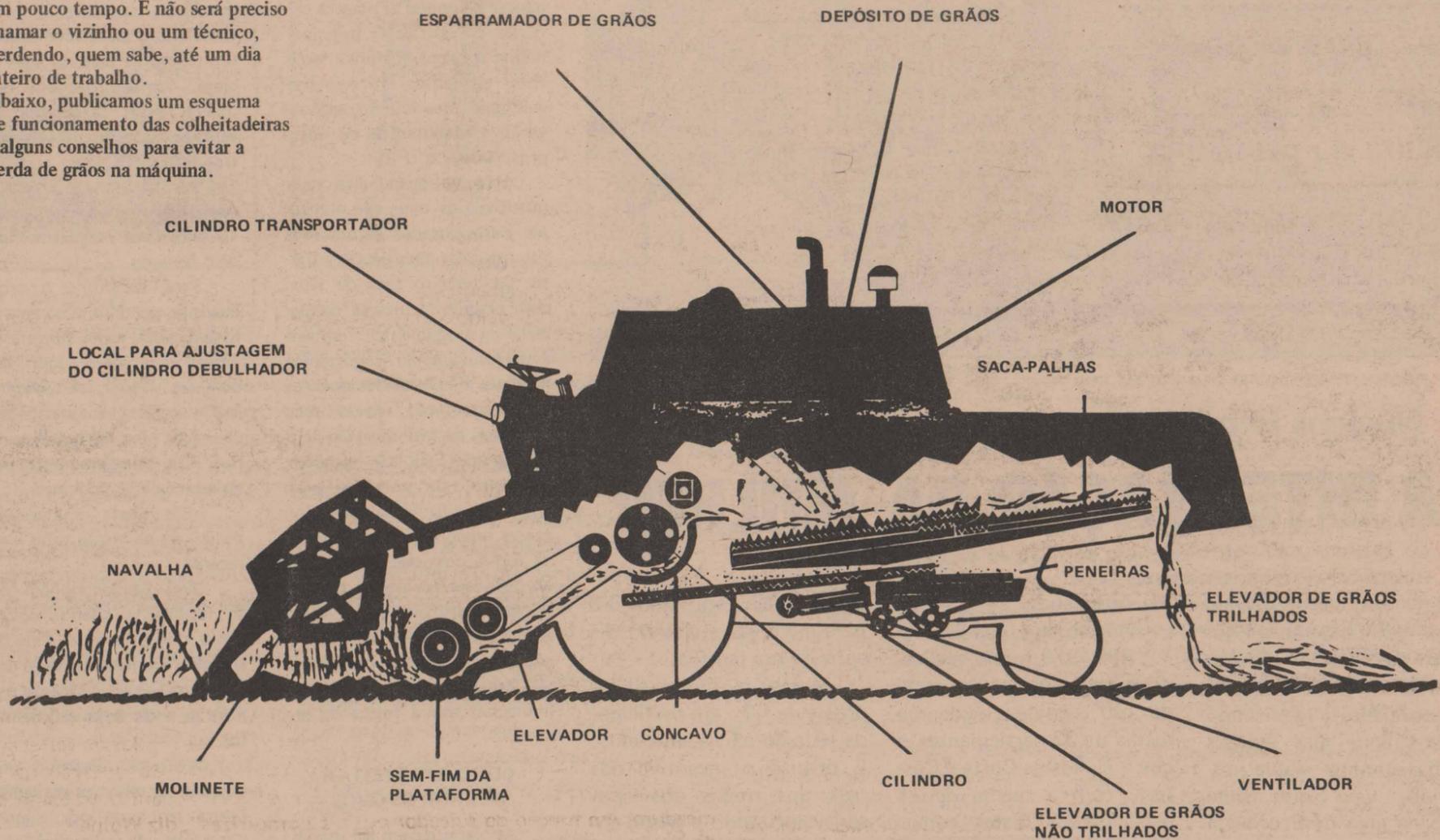
- 1) Tire os calços.
- 2) Troque o óleo do motor ou drene a água do carter.
- 3) Lubrifique toda a automotriz.
- 4) Revise o sistema de refrigeração para não fundir o motor.
- 5) Acerte a tensão das correias, correntes e elevadores.
- 6) Verifique se os controles estão funcionando.

DURANTE A COLHEITA:

- 7) Trabalhe numa velocidade de 3 a 5 km/hora, de acordo com a lavoura.
- 8) Ajuste a linha de centro do Molinete de 15 a 30 centímetros à frente da barra de corte, conforme a altura da soja.
- 9) Ajuste a velocidade de Molinete em 25 por cento a mais do que a velocidade da máquina.
- 10) Mantenha a barra de corte bem regulada, próximo ao solo, sem cortá-lo.
- 11) Regule primeiro o sistema de trilha: cilindro e côncavo.
- 12) Depois regule o sistema de limpeza: ventilador e peneiras.

CONHEÇA A SUA COLHEITADEIRA

Conhecer a sua colheitadeira é fundamental. Assim, qualquer probleminha durante a colheita você mesmo poderá resolver, em pouco tempo. E não será preciso chamar o vizinho ou um técnico, perdendo, quem sabe, até um dia inteiro de trabalho. Abaixo, publicamos um esquema de funcionamento das colheitadeiras e alguns conselhos para evitar a perda de grãos na máquina.



PERDAS

COMO CORRIGIR

Grãos dentro das vagens, presas à palha que sai da máquina	Aumente a rotação do cilindro, diminua a abertura do côncavo ou faça as duas manobras junto;
Grãos quebrados no depósito à granel	Diminua a rotação do cilindro, aumente a abertura do côncavo ou faça as duas manobras junto;
Sujeira leve no depósito à granel ou no ensacador	Aumente a corrente de ar ou oriente corretamente o ar;
Grãos limpos caindo fora, junto com o material das peneiras	Diminua a corrente de ar ou oriente corretamente o ar ou, ainda, abra mais a peneira de cima;
Vagens ou pedaços de vagens caindo fora com o material das peneiras	Abra mais o prolongamento da peneira de cima ou levante sua extremidade posterior;
Grãos e vagens caídos no chão em toda a largura de corte da máquina	Regule a barra de corte. Regule o molinete quanto à sua velocidade posição;
Pedaços do pé da soja ou o pé inteiro cortado mas não recolhido pela máquina	Regule corretamente o molinete quanto à velocidade (deve ser 10% a 25% maior que a velocidade da máquina). Regule a posição do molinete.
Vagens da soja presas à resteva deixada pela máquina	Diminua a altura de corte. Trabalhe com a automotriz no mesmo sentido das linhas da soja.

**O cooperativismo
é a sua força.**





Núcleos Femininos:

A INTEGRAÇÃO DA MULHER

Em março de 1976 o setor de Comunicação e Educação da Cotrijuí iniciou um trabalho junto a família do associado, organizando núcleos com suas esposas e filhas onde se visava proporcionar uma maior orientação na área de Economia Familiar e integrá-las mais à Cooperativa.

Inicialmente começou-se com três núcleos na região de Vila Jóia (município de Tupanciretã). No final de 1976 já trabalhávamos com sete núcleos ao todo, abrangendo também Augusto Pestana e Ijuí.

As sementes foram lançadas e ao findarmos 1978 estávamos trabalhando com 30 núcleos espalhados pelas seguintes regiões:

Vila Jóia:

Núcleos de Cará, Potrei-rinhos, Esquina Santo Antônio, Coronel Lima, São Roque, São João da Bela Vista.

Augusto Pestana:

Núcleos de Linha Progresso, Ponte do Ijuizinho, Paraíso, Bom Princípio, Rincão dos Ferreira, Rincão dos Müller, Ijuizinho, Linha São João, São Miguel, Fundo Alegre.

Ijuí:

Núcleos de Saltinho, Rincão dos Pinheiros, São Miguel, Linha 6 Oeste, Linha 6 Norte, Piratini, Rincão do Tigre, Dr. Bozano, Boa Esperança, Santa Lúcia, São Valentim, Colônia Santo Antônio, Floresta, Linha 4 Leste.

Ajuricaba:

Núcleo da Linha 29

Em 1978 foram realizados nestes núcleos um total de 190 reuniões, com uma média de 22 participantes, e cinco cursos de Corte e Costura, com a média de 21 participantes. Estes cursos não são isolados, mas sim fazem parte de uma etapa do trabalho contínuo que vem sendo desenvolvido. Além desta orientação na área de Economia Familiar, eles visam principalmente integrar a família do associado em um contexto cooperativo mais amplo. O associado não é visto apenas em função da produção, mas principalmente como pessoa humana que participa de uma sociedade de pessoas: a cooperativa.

Hoje associados buscam soluções conjuntas para seus problemas, às vezes através de reuniões de núcleos onde também os familiares expõem a sua opinião, que é discutida e encaminhada. Ao participar das reuniões de núcleo os associados estão ajudando a decidir os caminhos de sua Cooperativa.

Quando falamos que as esposas e filhas participam também de reuniões, isso não significa que a mulher vá decidir em nome do marido. Mas ela também terá opinião concreta na hora da família trocar idéias para decidir qualquer assunto com relação à sua Cooperativa.

Ela também terá condições para melhorar a vida do dia a dia de sua família.

Mas só o esforço da esposa e da filha em participar da reunião não é suficiente. É preciso o incentivo dos pais, dos irmãos, dos esposos, valorizando e vendo como algo muito importante a participação de sua família nas reuniões de núcleo da cooperativa, na qual ele é associado e tem seus direitos e seus deveres.

Sendo as reuniões de núcleo uma forma de reunir-se, trocar idéias, encaminhar soluções, também é muito importante o apoio das lideranças bases da comunidade. Os professores são uma delas. Nos núcleos onde contamos com a sua participação, o trabalho desenvolve-se muito bem. E o que acontece, por exemplo, no núcleo de Ponte do Ijuizinho, em Augusto Pestana. Neste mês de março de 79, ao reiniciarmos nossas reuniões, gostaríamos de comentar a realidade de cada núcleo juntamente com opinião dos participantes, para que todo quadro social veja o que realmente está se fazendo em termos de Comunicação e Educação Cooperativa junto a família do associado, e sentir que cada núcleo é uma realidade diferente. Por isso acompanhe as próximas edições, do Cotrijornal quando estaremos mostrando cada núcleo desde a sua fundação.

OVOS: VALOR NUTRITIVO

Os ovos, como alimento, fornecem as proteínas essenciais ao nosso organismo. Além destas proteínas, eles possuem gorduras, minerais, água e algumas vitaminas. Entre os minerais encontram-se principalmente o cálcio, fósforo e ferro. Estes elementos são responsáveis pelo crescimento, conservação e manutenção de nosso organismo.

Devido ao seu alto valor nutritivo, os ovos são alimentos muito usados e indicados nas refeições das crianças a partir do terceiro mês de vida, cujo organismo precisa de material de crescimento. Também é de fundamental importância na dieta alimentar dos doentes em recuperação, sendo suas proteínas de fácil digestão pelo organismo. Eles são também alimentos que podemos usar como substitutos da carne em nossas refeições, preparando-os de forma com que nosso organismo possa aproveitar todo o seu valor nutritivo. Assim, estaremos contribuindo muito para não ter que comprar proteínas, sais minerais e vitaminas nas farmácias, sob a forma de remédios.

COMO APROVEITAR MELHOR OS OVOS

As claras devem ser usadas imediatamente, para impedir que se forme água e para que se consiga um prato de merengue mais consistente e bonito.

Quando for separar as claras das gemas é muito importante que as claras não tenham nenhum pedacinho de gema, pois será muito difícil batê-las em neve. O mesmo acontece se a bacia ou batedor estiverem

engordurados ou molhados. É muito importante que estes utensílios estejam bem limpos e secos.

As gemas cruas podem ser guardadas na geladeira, até durante três dias, se você despejar um pouco de óleo ou água por cima. Também pode-se cozinhá-las antes de guardar. Devem ser usadas no máximo dentro de três dias.

As claras cruas podem ser guardadas na geladeira durante 10 dias, num recipiente muito bem fechado.

Para substituir o creme chantilly, corte uma banana em rodela finas, junte uma clara já batida em neve com duas colheres (sopa) de açúcar e continue batendo muito bem, até obter uma mistura bem firme. Use imediatamente para enfeitar saladas de frutas.

Nunca bata as claras em bacias de alumínio, pois escurecerão.

Ovos gelados racham muito facilmente quando colocados em água fervente. Para que isto não aconteça deixe os ovos em temperatura ambiente uma hora ou mais antes de cozinhá-los.

Os ovos crescem mais quando conservados em temperatura ambiente por algumas horas antes de serem batidos.

Para que os pães, bolos, empadas, fiquem com uma cor mais dourada, pincele-os com um ovo batido com um pouco de leite ou água antes de ir ao forno.

Para enriquecer o valor nutritivo de uma sopa, no final de seu cozimento, acrescente (junto com a salsa) uma gema de ovo batido.

OVOS QUENTES OU OVOS COZIDOS MOLES

Coloque cuidadosamente os ovos em água fervente, com uma colher, para que não bata no fundo da panela. Deixe ferver os ovos menores durante três minutos e os maiores por três minutos e meio, contados a partir do momento em que a água começa a ferver.

OVOS DUROS

Observe-se os mesmos cuidados para evitar que rachem, porém deixando cozinhar em fogo baixo durante oito a dez minutos, sempre a partir do momento em que começar a ferver. Escorra e cubra com água fria. Se não usá-los imediatamente, deixe-os na água fria para evitar que as claras escureçam.

OVOS NEVADOS

Ingrediente: 4 ovos (separando clara da gema); 1/2 xícara de açúcar refinado; 2 xícaras de leite; 1/2 colherinha de sal; 1/4 xícara de açúcar cristal; 3 colheres de soja de licor ou a casca ralada de um limão.

Modo de preparar: bata as claras em neve, bem firmes, acrescentando o açúcar refinado.

Aqueça o leite até o ponto de fervura, colocando nele as claras batidas (uma colher de cada vez). Deixe cozinhar até ficarem firmes, virando dos dois lados. Não deixar cozinhar mais de um minuto. Retire, com o auxílio de uma escumadeira, as porções de claras e, com cuidado, coloque-as numa peneira.

Bata as gemas e o açúcar cristal, e junte depois o leite e o licor (ou a casca de limão), sal e uma colherinha (de chá) de maizena. Leve ao fogo até ferver.

Coloque o creme em uma bacia ou num pirex de sobremesa. Arrume as claras em cima e leve a gelar.

Nota: pode-se enfeitar com rodela de laranja.

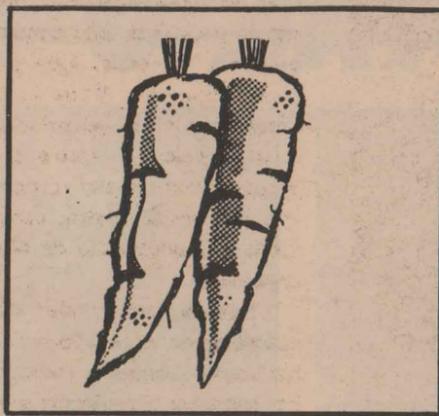
A LAVOURA NO MÊS



FEIJÃO

As lavouras instaladas durante o mês de fevereiro, e que agora estiverem com plantas de 20 a 50 centímetros de tamanho, devem receber uma adubação em cobertura com nitrogênio, usando em torno de 60 quilos de uréia por hectare. Esta aplicação deve ser feita quando o solo estiver úmido. É melhor que a uréia seja incorporada usando um aradinho ou capinadeira para fazer esta operação.

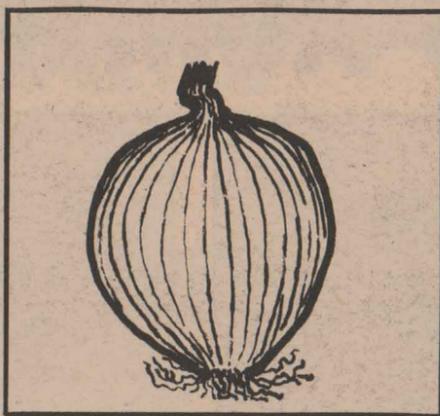
De um modo geral, as lavouras do cultivo de safrinha estão satisfatórias, havendo um pequeno surto de mosca branca. Ela pode ser controlada com inseticida, de acordo com as recomendações do Departamento Técnico.



CENOURA

O cultivo da cenoura a partir de março é facilitado pelas melhores condições de solo e clima. As variedades do grupo Nanter são de plantio recomendado a partir desta época. O bom preparo do terreno é essencial para o desenvolvimento das raízes. Quanto à sementeira, recomenda-se que seja realizada em linhas espaçadas de 30 centímetros, facilitando assim o desbaste e a limpeza dos canteiros.

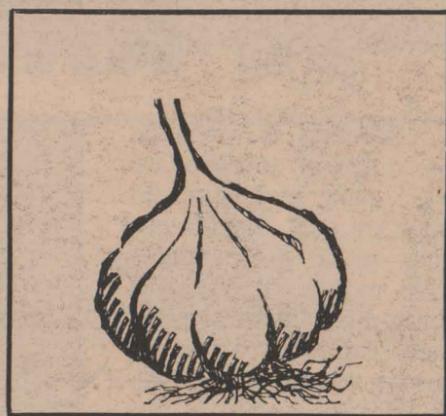
A adubação recomendada para hortas domésticas é de 100 gramas por metro quadrado da fórmula 3-30-10, juntando dois a três quilos de matéria orgânica por metro quadrado.



CEBOLA

A sementeira da cebola realiza-se nos meses de março e abril, exigindo canteiros bem preparados, destorroados e com algum tratamento contra fungos de solo. Este tratamento pode ser realizado com água quente até molhar bem o solo, semeando 24 horas após esta operação.

Já existe disponibilidade de sementes das variedades Baía Perifome e Rio Grande, cujo preço está relativamente elevado. Entretanto como o desempenho é melhor que o de outras variedades, o custo adicional é compensado pela qualidade. É necessário, porém, que a sementeira seja cuidadosa para evitar a perda de um produto de alto custo.



ALHO

Os meses de março e abril são preferenciais para o plantio de alho, havendo portanto necessidade que se prepare o solo com antecedência, para a melhor incorporação da matéria orgânica e do adubo químico. Recomenda-se o uso de dois quilos de matéria orgânica por metro quadrado de canteiro.

É importante também que toda semente (bulbilho, dente) de alho, seja tratada com PCNB (Brassicol), para prevenir o surgimento da podridão branca, que é uma moléstia sem controle depois de instalada na planta. Este tratamento é semelhante à inoculação da soja: umedece-se a semente, aplica-se um quilo de Brassicol por 100 quilos de alho-planta, mistura-se bem, deixando secar para depois realizar o plantio.

É HORA DE FRUTÍFERAS

Hélio Ito Pohlmann

O período de março a abril é o habitual para fazer o pedido de mudas frutíferas para plantar no inverno. Assim, todo associado interessado poderá entrar em contato com o Departamento Técnico de sua Unidade, solicitando orientação na escolha de variedades, das diversas espécies, e fazer o pedido, aguardando para receber as mudas durante o mês de julho, quando será efetivada a distribuição.

O êxito no plantio de mudas frutíferas depende fundamentalmente de dois aspectos: *qualidade da muda e plantio correto*. Quanto à qualidade, o setor de Hortigranjeiros do Departamento Técnico vem dando cobertura aos viveiros da região, os quais já possuem um bom nível de tecnologia com con-

seqüente produção de mudas de alta qualidade.

O aspecto de plantio correto depende essencialmente do produtor, pois nesta operação devem ser observados aspectos que, freqüentemente são considerados de menor importância, vindo depois em prejuízo do sucesso do plantio.

Lembramos aos produtores alguns dos aspectos que devem ser observados:

— as covas devem ser abertas com antecedência. O recomendado é que na época do pedido já se façam as covas (isto é, agora).

— o tamanho da cova deve ser no mínimo de 40x40x40 centímetros, podendo assim abrigar convenientemente as raízes.

— no abrir a cova

devem ser separadas as camadas superior e inferior.

— incorporar na cova em torno de 10 a 15 quilos de matéria orgânica (esterco ou restos vegetais); 700 gramas de calcário e um quilo da fórmula 3-30-10 ou semelhante.

— fechar a cova com a adubação misturada e observar que aquela camada que era superior fique no fundo da cova, enquanto a parte inferior fique na superfície.

— as mudas devem ser plantadas na mesma profundidade em que estavam, evitando o risco de plantá-la com profundidade excessiva, pois assim ela poderá ficar "afogada", tendo seu desenvolvimento prejudicado.

— molhe bem o solo após o plantio (se não for muito úmido) e coloque uma estaca para proteger a planta.

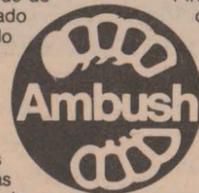
É recomendado o preparo antecipado das covas para que o adubo possa se dissolver e beneficiar a planta logo no plantio. O espaçamento também é importante,

sendo contra-indicado o "amontoamento" das árvores, pois dificilmente se poderá obter bons resulta-

dos. É preferível usar um pouco mais de área e garantir um resultado melhor.

Daqui prá frente, muita gente vai falar no piretróide.

Ambush é o inseticida piretróide de baixíssima toxidez aperfeiçoado pela ICI, que atua sobre amplo espectro de pragas, proporcionando ao agricultor melhores resultados com menores riscos. Graças ao baixo teor tóxico e alta eficiência, os piretróides são indicados e utilizados nas maiores potências agrícolas do mundo.



Piretróide é um novo grupo químico que surge em resposta às polémicas sobre a ecologia, em função dos destinos da fauna e da flora, seriamente ameaçadas por diversos inseticidas ainda hoje utilizados. Os piretróides destacam-se ainda mais pelo fato de, com baixas dosagens, acabarem com pragas já resistentes a outros inseticidas.



• É o novo e poderoso inseticida piretróide, de baixa toxicidade para o homem e animais.



• Apresenta resultados excelentes e comprovados sobre as pragas do algodão, café, soja e horticultura.



• É eficaz contra os insetos resistentes a outros inseticidas e tem grande controle residual, reduzindo o número de aplicações.



• Decompõe-se rapidamente no meio ambiente não deixando resíduos prejudiciais.



O PIRETRÓIDE



“NÃO ADIANTA DAR CRÉDITO SE NÃO AUMENTAR O PREÇO”

Quando foi anunciado o preço mínimo do trigo para este ano, no valor de Cr\$ 324,00 por saco de 60 quilos, quase todo mundo reclamou. O preço mínimo estabelecido pelo Governo, afinal de contas, estava muito abaixo das previsões e dos cálculos feitos pelas cooperativas e demais entidades de agricultores.

A Fecotriço, por exemplo, pedia Cr\$ 387,00 por saco, enquanto a Cotrijuí, segundo estudo do setor de Planejamento e Projetos, achava que o preço justo para a saca de 60 quilos deveria ser Cr\$ 412,00. Na realidade, o aumento oferecido, este ano, pelo Governo, em relação ao preço do ano passado, foi de apenas 30,12 por cento, bem abaixo da inflação — que, de acordo com índices oficiais, foi de 42 por cento, em 1978.

Em reunião realizada no dia 20 de fevereiro, em Catuípe, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), representada por 10 sindicatos de trabalhadores rurais, lançou um documento provando que o preço oficial era insuficiente, e reivindicava às autoridades um aumento no preço mínimo do produto ainda para 1979.

Pouco tempo depois, uma nova notícia vinha agitar o setor tritícola: o Governo tinha aumentado o valor do custeio do trigo. Agora, em vez de receberem Cr\$ 3.888,00 por hectare, os produtores iriam ser financiados em Cr\$ 4.276,80 por hectare. O aumento deve-se à uma alteração introduzida pelas



Anatalino dos Santos



Luiz Ottonelli

autoridades no cálculo do preço mínimo: ao invés de estimar a produtividade em 20 sacas, como fazia tradicionalmente, o Governo elevou a estimativa para 22 sacas por hectare.

OLHANDO MAIS LONGE

De início, muita gente achou boa a alteração. Alguns produtores calculavam que, com Cr\$ 3.888,00 por hectare, daria para fazer uma lavoura no capricho, atendendo à todas as recomendações técnicas, e ainda sobriariam quase Cr\$ 400,00 por hectare, para o produtor gastar livremente. Numa época de crise, como agora, quem poderia achar ruim a mudança provocada pelo Governo?

Mas alguns agricultores e presidentes de sindicatos, olhando a coisa um pouco mais longe, logo alertaram: “O agricultor não precisava de mais crédito. Precisava era de mais preço”.

Em que se baseiam estes presidentes de sindicatos para afirmarem tal coisa? “Muito simples”, dizem eles: “O agricultor vai fazer uma boa lavoura e vai gastar o resto do dinheiro, pois todo mundo está apertado. Só que, com esse novo cálculo, ele vai ter de produzir no mínimo 14 sacos por hectare só para pagar o banco. E ele só vai colher isso se o tempo for muito bom. O resto dos compromissos do agricultor, como é que fica?”, perguntam eles.

Na verdade, diante do aperto de agora, poucos foram os que se lembraram que a produtividade média



Valdomiro Fernandes

do trigo no Rio Grande do Sul, nos últimos 10 anos, tem sido de 13,5 sacas por hectare — isso contando com anos em que o clima ajudou bastante. Este ano, qualquer probleminha com o tempo, e a colheita média já não alcança a estimativa feita pelo Governo.

“Além disso”, lembra um agrônomo, “os produtores tem dois compromissos para saldar no dia 31 de julho: um, referente à safra de trigo de 77 (frustrada), no valor de Cr\$ 112,50 por hectare. E o outro, referente à safra de soja de 77 (também frustrada), igualmente no valor de Cr\$ 112,50 por hectare”. Tudo isso, sem falar nos outros compromissos do agricultor com a família, a prestação do carro, um ou outro remédio.

PREÇO OU FINANCIAMENTO?

Fomos ouvir, então, a opinião de cinco agricultores, sendo que três deles são dirigentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região. Eis o que eles disseram:

“Com respeito ao financiamento, olhando de imediato, é uma maneira de ajudar o agricultor, porque ele está afogado. Mas, olhando mais para a frente, isto serve para afundar cada vez mais o agricultor. O bom mesmo seria preço, e não financiamento. Se nós vamos fazer um levantamento do ano passado para cá, vamos ver que o trigo aumentou 30,12 por cento, com o atual preço. E a inflação foi de 42 por cento. Os adubos, por



Euclides Gabi

exemplo, aumentaram quase 20 por cento, do ano passado para cá. E o combustível, no mesmo tempo, aumentou mais de 60 por cento. Eu continuo com o meu ponto de vista, de que o atual preço não seria tão desestimulante caso houvesse um reajuste ao menos uns 30 dias antes da colheita”. (Euclides Marino Gabi, linha Salto).

“Eu acho que deveriam ter aumentado o preço, e não o crédito. Na minha opinião, deveria ficar assim como estava antes e aumentar o preço do produto. Infelizmente, a gente não tem meios de cair fora disso, porque não tem recursos próprios para fazer a lavoura. Não adianta a gente pegar esse dinheiro, se o preço do produto ficar o mesmo”. (Valdomiro Fernandes, produtor de Santa Lúcia).

NEM A INFLAÇÃO

“Faz dois anos que parei de plantar trigo e o motivo de ter parado foi porque não estava dependendo ainda nos bancos. Porque plantar trigo é muito ingrato: primeiro, pelos fatores climáticos; segundo, pela maneira como são financiadas as lavouras, com referência ao pequeno produtor. O pequeno precisa mandar plantar, passar inseticida, colher e trazer para a Cooperativa. Com todas essas percentagens que ele tem que pagar, ainda dando uma colheita média, não sobra nada para ele. Agora, este ano, eu vou plantar trigo. Mas forçadamente, para ver se consigo alguma maneira de tocar o barco mais um

pouco. Mas já tenho que implorar que dê uma colheita boa, pelos valores do financiamento, pois tenho certeza de que a média que está sendo financiada só será colhida em algum caso excepcional. Esse preço de Cr\$ 324,00 por saco é pouco. No momento da colheita do trigo, ele não vai representar nem a inflação”. (Anatalino Antonio dos Santos, secretário do SRT de Ijuí).

“O agricultor fica cada vez mais endividado. Se der uma colheita boa, ele consegue pagar. E isso é difícil, porque de cada três ou quatro anos, só uma que dá boa. Se não der boa, ele vai ficar cada vez mais endividado, sem uma saída para saldar essas dívidas. Agora, o que a gente pode pedir, preço? A gente já pediu preço e nunca nossos cálculos foram respeitados. Eles usaram o outro lado da moeda, o lado mais fácil. Eles dão dinheiro com uma mão e tiram com a outra, sempre às custas do suor do produtor”. (Luiz Ottonelli, presidente do STR de Ajuricaba).

“O problema é o seguinte: a gente interroga o agricultor sobre se ele vai plantar trigo e ele diz que vai pegar o custeio. Quer dizer, ele nem sabe se vai plantar trigo, ele quer é o custeio. O preço mínimo do trigo, pela época em que é decretado, eu acho que está bom. Mas até a época de colher, a inflação já comeu tudo. Então, o preço mínimo sempre deixa a desejar”. (José F. Barasuol, presidente do SRT de Catuípe).



José Barasuol